Março/Abril 1982

Editado pela Fundação Nacional pró-Memória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - CxP. 04-0150
70.710 - Brasília - DF

SPHAN 17

*pró*Memória

MISSÕES



Arquivo SPHAN

Definidas as ações para a consolidação das ruínas de São Miguel



Arquivo SPHAN

A SPHAN/próMemória já liberou Cr$ 20 milhões para o início das obras de consolidação das ruínas missioneiras de São Miguel, tema da reunião mantida entre técnicos em preservação de bens culturais e o consultor da UNESCO, Roberto Di Stefano.
O Encontro de São Miguel das missões contou com a presença, como observadores, dos arquitetos argentinos Ramón Gutiérrez e Graciela Maria Viñuales, que trabalham no plano de ação visando à preservação e revalorização dos conjuntos missineiros do Brasil, Argentina e Paraguai (SPHAN nº 15, pág. 9).

Dentro de no máximo quatro meses, a SPHAN/próMemória dará início às obras de consolidação das ruínas de São Miguel das Missões, o mais importante conjunto arquitetônico das sete reduções fundadas pelos jesuítas, a partir do século XVII, no território do atual Estado do Rio Grande do Sul. O anúncio foi feito pelo Diretor de Conservação e Tombamento da SPHAN/próMemória, Augusto da Silva Telles, após reunião de dois dias (26 e 27 de abril passado) mantida, em São Miguel, entre técnicos em preservação de bens culturais e o consultor da UNESCO e professor de Restauração da Escola de Nápoles, na Itália, Roberto Di Stefano, que por solicitação da SPHAN/próMemória, presta assessoria ao projeto de estabilização e consolidação das ruínas de São Miguel, desde que os trabalhos foram iniciados, há 18 meses (SPHAN nº 7, pág. 9, nº 9, pág. 16, nº 10, pág. 8, nº 13, pág. 19, nº 16, pág 14).

O Encontro de São Miguel das Missões teve por objetivo estudar o mais completo e detalhado levantamento científico jamais realizado de um monumento histórico no país e que consumiu Cr$ 16 milhões e um ano e meio de trabalho, para apontar o estado atual das ruínas de São Miguel e fornecer os dados necessários para o planejamento de sua conservação. De acordo com o documento técnico elaborado após o encontro, os trabalhos serão iniciados de imediato, em duas frentes simultâneas: uma voltada ao planejamento global - urbanístico, arqueológico, ambiental, econômico, técnico - visando à utilização da área como acervo cultural vivo e integrado à visitação turística, de acordo com critérios atualizados e apropriados, respeitados os valores histórico-arquitetônicos; outra, envolvendo a execução de obras necessárias à consolidação imediata dos maciços, notadamente os da frontaria e da torre da igreja, de modo a não comprometer futuras intervenções a serem definidas pelo planejamento global.

O Diretor de Conservção e Tombamento da SPHAN/próMemória confirmou que o órgão já liberou Cr$ 20 milhões para o início das obras e ressaltou que os estudos feitos revelaram um aspecto positivo: as fundações das ruínas não estão afetadas. Apesar dos técnicos terem apontado a necessidade do início imediato das obras de consolidação, o documento esclarece que está afastada qualquer possibilidade, a curto prazo, de colapso da estrutura do monumento, embora seja preciso enfrentar o problema de sua conservação com presteza, tendo em vista o estado avançado de deterioração.

COMPROMISSO

As obras de estabilização das ruínas missioneiras de São Miguel serão executadas sob a responsabilidade técnica e financeira da SPHAN/próMemória, conforme estabelece o compromisso firmado durante o encontro entre a SPHAN/próMemória, a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo (São Miguel é distrito deste Município). Assinaram o compromisso, o arquiteto Júlio Nicolau B. de Curtis, Diretor da SPHAN/próMemória para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o Diretor de Departamento Cultural da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Estado, Tarcísio Taborda, e, na ausência do Prefeito Municipal de Santo Ângelo, que se encontrava em São Paulo, o Secretário de Governo da Prefeitura, Carlos Cini Marchionatti, e

o Secretário Municipal de Turismo e Esportes, Crenoble Mário Basso Simon.

"Pela primeira vez será feita no Brasil uma restauração rigorosamente científica", garante o arquiteto Júlio Curtis. A idéia é deslocar o mínimo possível as pedras da igreja. Numa primeira etapa, serão atacados os problemas da frontaria e da torre, através do "embrechamento" (tapagem das brechas com pequenas pedras) das paredes e a injeção de uma calda de cimento e água que, por gravidade, substituirá a antiga argamassa, já danificada. Para a estabiliação da torre, serão utilizadas, internamente, amarras de aço em três níveis, permitindo dessa forma, o reforço dos alicerces sem desmontar a estrutura.

De acordo com o compromisso firmado durante o encontro, a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Rio Grande do Sul vai elaborar e realizar, sob sua responsabilidade financeira e coordenação técnica da SPHAN/ próMemória, o projeto de pesquisa arqueológica no sítio histórico da antiga Missão jesuítica. A elaboração do projeto de ambientação paisagística visando à criação de um parque turístico estará a cargo da SPHAN/próMemória e da Secretaria gaúcha. Por fim, à Prefeitura Municipal de Santo Ângelo caberá a implantação do referido projeto, sob sua responsabilidade financeira e coordenação da SPHAN/próMemória e da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo. O compromisso estabelece, ainda, que a Prefeitura deverá fazer cumprir, integralmente, o "Plano de Diretrizes para o Desenvolvimento Físico de São Miguel das Missões", aprovado pelo Legislativo Municipal.

Segundo prevê o documento técnico do encontro , o plano de conservação deverá abranger a totalidade do Antigo Povo de São Miguel, visando à sua integração na dinâmica social. Nesse sentido, o investimento financeiro na conservação do sítio trará um retorno representado pelo benefício sócio-econômico e cultural em favor da comunidade regional e nacional. Ao mesmo tempo, será uma contribuição brasileira ao patrimônio mundial".

No entender do Diretor de Conservação e Tombamento da SPHAN/ próMemória, Augusto da Silva Telles, "não tem sentido nós restaurarmos as ruínas apenas para efeito da restauração de umas ruínas. Os trabalhos visam a uma fruição do povo da região, do Estado, do Brasil e do mundo. Isto é, as ações, evidentemente, devem ter uma resposta no sentido cultural, no sentido da devolução do bem cultural".



Arquivo SPHAN

"Tais ações - conclui o documento de São Miguel - não atingirão integralmente seus objetivos exclusivamente através de esforços técnicos e financeiros dos órgãos públicos já engajados na tarefa. É imprescindível o concurso de outras entidades públicas e privadas, como também e principalmente, a participação ativa, por meio da solicitação e controle, da comunidade local, regional e nacional, de modo particular da esla e da imprensa".

LEVANTAMENTO

Toda a documentação elaborada por iniciativa da SPHAN/próMemória e que serviu de base para as discussões ocorridas no encontro está reunida no relatório técnico dos trabalhos realizados nas ruínas de São Miguel. São mais de 90 páginas contendo amplo e detalhado levantamento científico sobre o monumento, desde pesquisa bibliográfica, iconográfica e documental, visando ao conhecimento da formação e evolução do antigo Povo de São Miguel e, em especial, da igreja (época de construção, épocas e etapas de alterações, épocas e etapas de consolidação e reformas), passando por análise histórica, urbanística e arquitetônica do referido Povo, até os trabalhos executados objetivando os conhecimentos morfológico e físico do monumento.

Para o conhecimento morfológico das ruínas, procedeu-se aos levantamentos gráfico do monumento - apresentado em 20 pranchas (desenhos), abrangendo plantas baixas, cortes, fachadas e detalhes das ruínas da igreja –, fotográfico – que resultou numa coleção de 250 negativos, aproximadamente, já indexados e catalogados com seus respectivos pontos de tomada marcados em plantas – e fotogramétrico da frontaria e da torre.

Tendo por objetivo o conhecimento dos materiais constitutivos daa paredes, foram realizados exames petrográficos, de difratometria de raio X, análises químicas e microscopia eletrônica de varredura, e para o conhecimento físico do terreno, foram feitos cinco pontos de sondagens geotécnicos. Com a finalidade de conhecer a resistência mecânica das pedras realizou-se os seguintes estudos: compressão simples, compressão diametral, choque e massa específica; os exames de gelividade, impermeabilidade, porosidade e outros forneceram os dados acerca do comportamento das pedras à ação do intemperismo.

Por fim, para o conhecimento do monumento (igreja), foram realizados estudo visando conhecer os sistemas construtivos originais e as intervenções posteriores destinadas a consolidar o monumento (obras de 1925/27, 1938/ 40, 1955/55 e 1968/70, estudo estático do sólido da frontaria e da torre, montagem de sistema para controle dos recalques em todo o monumento, através da colocação de dois *brendmark* (medidores das condições do terreno) e 92 pinos de controle.

Os estudos e levantamentos elaborados permitiram chegar a dois fatores básicos que estão provocando o arruinamento do monumento: o primeiro fator, intrínseco, decorre da natureza dos materiais e do sistema construtivo, extremamente susceptíveis de deterioração face ao ataque lento e continuado de agentes externos, além da natureza do solo. O segundo fator, extrínseco, resulta da somatória das ações, lesões e degenerações observadas.



Arquivo SPHAN

A importância de São Miguel, segundo Di Stefano

Considerado mundialmente como o maior perito na restauração de monumentos de pedras, o professor Roberto Di Stefano não esconde o seu entusiasmo pela preservação das ruínas de São Miguel, consideradas por ele tão importantes quanto às do Coliseu, da Acrópole e outras (SPHAN nº 7, pág. 9). "A importância da preservação das ruínas de São Miguel – observa – é que elas representam o documento mais bem conservado da arquitetura jesuítica missioneira".

"São Miguel é, de fato, um patrimônio mundial a testemunhar o nascimento de um novo mundo gerado pela expansão européia do século XVII e pela ação civilizatória jesuíta. O Brasil é o depositário de um monumento que não é apenas parte da história deste país, mas um marco importante da história mundial", salienta o consultor técnico da UNESCO, que é também o vice-presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos - ICOMOS.

Para Di Stefano, a igreja de São Miguel é das mais importantes entre as igrejas missioneiras. "No mesmo nível de São Miguel estão os conjuntos de Santo Ignácio Mini, na Argentina, e de Trinidad, no Paraguai. No entanto, São Miguel é a única das Missões que possui sua frontaria completamente conservada; no caso de Santo Ignácio, a parte superior da fachada ruiu, e no de Trinidad, a frontaria, toda ela, caiu por terra, restando apenas a parte posterior da capela-mór".

Roberto Di Stefano justifica o interesse da UNESCO na restauração das ruínas de São Miguel, lembrando que o Brasil é uma nação que faz parte da ONU. Explica, a propósito, que a UNESCO sempre apoiou a luta pela conservação ou restauração de patrimônios históricos de importância mundial.

No entender do consultor da UNESCO, a decisão de gastar grandes somas de dinheiro na preservação de monumentos histórico-culturais é uma questão que – em função da crise econômica e devido à realidade dos países de Terceiro Mundo - exige cada vez mais um objetivo de investimento produtivo. "Precisamos ter bem claro que um monumento é um dado cultural e que cultura é coisa viva, integrada à comunidade. De nada adianta, como fato cultural, recuperar um patrimônio histórico para deixá-lo no meio do mato onde ninguém o vê".

Mas se Di Stefano apóia e até incentiva a necessidade de um aproveitamento turístico das ruínas de São Miguel, ele também frisa a importância de que essa possibilidade de autofinanciamento da preservação do monumento não acabe colidindo com sua integridade.

"O Brasil, felizmente, já dispõe de órgãos e técnicos de comprovada seriedade científica na recuperação do patrimônio cultural. Agora é preciso que se crie uma consciência de respeito e valorização desses monumentos junto ao povo. A opinião pública é a mais eficiente fiscalização que pode existir sobre eventuais abusos e mutilações. Um trabalho sério de restauração pode ser comprometido se a população não sentir a necessidade de zelar por ele".

Março/Abril 1982

SPHAN 17

*pró*Memória

Cachoeira: Patrimônio da Nação a ser revitalizado

Medidas a curto prazo no sentido de revitalizar o expressivo acervo histórico-artístico-cultural do Município. Esta posição sintetiza as aspirações da comunidade de Cachoeira, reveladas quando da realização do Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da Cidade de Cachoeira, de 23 a 26 de março passado. O encontro reuniu membros da população daquela cidade do interior baiano e representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais diretamente envolvidos em ações para a valorização do patrimônio cachoeirano, num amplo processo de reflexão sobre essas ações e a adoção de critérios visando à sua ampliação e dinamização (SPHAN nº 16, pág. 20).

Durante os debates ocorridos em plenário e nos textos dos relatórios elaborados pelos grupos de trabalho, compostos em sua maioria por pessoas da comunidade, ficou patente o anseio dos cachoeiranos pela adoção de medidas urgentes capazes de darem novo impulso à vida da cidade e do Município, que hoje passam por uma situação aflitiva, vendo o seu grande potencial cultural em crise devido não só à estagnação econômica que atinge a região, mas também à falta de maior atenção por parte dos órgãos oficiais responsáveis pela aplicação da política de preservação do patrimônio em todos os níveis de poder.

O Seminário serviu de espaço para que a comunidade de Cachoeira cobrasse uma ação mais firme desses órgãos, ao mesmo tempo em que possibilitou-lhe fazer justas revindicações no que tange à preservação do seu patrimônio. Todas as recomendações feitas pela população aos órgãos participantes do Seminário estão contidas num documento final que servirá de base à atuação desses organismos na região.

Cidade-Monumento Nacional, "Heróica", segundo título a ela outorgado pelo Imperador Pedro I como reconhecimento à bravura do seu povo na luta pela Independência, Cachoeira tem orgulho do seu passado, mas a sua comunidade não quer viver única e exclusivamente apegada aos gloriosos feitos dos seus antepassados. A cidade, como outra qualquer, aspira pelo desenvolvimento, por um progresso baseado em seus autênticos valores culturais, que existem, mas precisam de apoio para serem revitalizados.

A implantação de um Plano Diretor, a ser elaborado em conjunto pela SPHAN/próMemória, Governo Estadual e Municípios de Cachoeira e São Félix com vistas à compatibilização do desenvolvimento das duas localidades com a preservação do seu patrimônio histórico-artístico-cultural; a instalação de um escritório técnico da SPHAN/próMemória, que contaria com o apoio do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e da Prefeitura Municipal de Cachoeira, para assessorar a população, elaborar projetos e atender a casos de emergência com um "pronto-socorro de obras"; a elaboração por parte da SPHAN/próMemória de uma cartilha, em linguagem acessível, sobre a legislação de proteção ao patrimônio e o significado do tombamento de Cachoeira como Monumento Nacional, para ser difundido nas escolas e a nível local; a criação de um Conselho de Preservação para efetuar a efetiva participação da comunidade na divulgação, defesa e elaboração de propostas de lei a serem encaminhadas à Câmara dos Vereadores; a definição de uma política municipal de defesa do patrimônio cachoeirano; um maior estímulo à indústria turística e aos grupos culturais da cidade, possibilitando sua manutenção e autonomia financeira.



Arquivo SPHAN

Estas foram algumas das muitas recomendações feitas pela comu-

nidade de Cachoeira, contidas em 15 relatórios elaborados pelos grupos de trabalho, levando em conta 4 temas – Patrimônio Arquitetônico, Natural e Cultural e Legislação de proteção ao patrimônio. Todas as recomendações foram apresentadas e submetidas à aprovação da plenária de encerramento do Seminário, realizada na noite do dia 26. As sugestões aprovadas foram reunidas em um só documento que servirá de guia a todas as ações que venham a ser desenvolvidas em Cachoeira pelos órgãos encarregados da preservação e reativação do seu patrimônio.

Uma das características que permeiam os documentos é a da preocupação com o caráter de urgência na revitalização do patrimônio cultural de Cachoeira, mas de tal forma que essa revitalização não esteja desvinculada de outras dimensões sociais, principalmente a econômica, como afirma um dos grupos de trabalho em seu relatório. "Desta forma, mais do que meros apoios em forma de eventuais recursos financeiros, torna-se necessário que as instituições culturais municipais, estaduais e federais envolvidas com os destinos de Cachoeira se articulem e trabalhem de forma integrada, levando em consideração a necessária revitalização econômica do Município", destaca o grupo, para mais adiante acrescentar: "Por outro lado, as instituições dedicadas ao planejamento e desenvolvimento econômico não podem deixar de considerar, em seus projetos, as possibilidades e conseqüências que estes geram a nível cultural. Só há preservação com revitalização", sentencia.

No entender do referido grupo, "a comunidade é, sem dúvida, a principal interessada em seu próprio patrimônio". Diante disso, recomenda que os diversos segmentos da sociedade (grupos folclóricos, associações profissionais, grupos informais, etc.) busquem "o máximo de organização, no sentido de gerenciar seu próprio destino, abrindo espaço de expressão para seus desejos". A partir desse posicionamento, o grupo sugere concretamente a criação de uma Associação de Proteção e Revitalização de Cachoeira, "que poderia se dividir em sessões de bairro, voltadas para refletir e servir de canal de expressão e manifestação das reais necessidades da cidade".

Considerando que a educação como um todo constitui-se no mais importante meio de formação de recursos humanos e transmissão de valores, recomenda, ainda, o grupo que o sistema educacional da cidade esteja permeado pelo contexto específico da região, refletindo as peculiaridades desse contexto e permitindo assim a sua revitalização.

Os integrantes do grupo citado mostram-se preocupados também com a implantação de uma política de formação de mão-de-obra, recomendando para tanto a criação de um programa interinstitucional voltado para a implantação dessa política, em todos os níveis, adequada às reais necessidades do Município, levando em consideração principalmente as possibilidades de expansão do mercado de trabalho . "Justifica-se tal preocupação em função de que não haverá possibilidade de se preservar os valores e manifestações culturais da cidade se não se garantir as mais fundamentais condições econômicas de sobrevivência destes produtores de manifestações culturais".

O relatório chama atenção com relação às conseqüências que poderão advir dos processos modernizantes da cidade, gerados pelo impacto de projetos turísticos. "Preocupa, principalmente, a introdução de novos valores e costumes, próprios dos grandes centros irradiadores do estilo de vida da sociedade industrial de consumo, que podem desvirtuar, senão fazer desaparecer, os reais valores do patrimônio cachoeirano. Mas que isto não se constitua num bloqueio para adoção crítica de novos estímulos que venham enriquecer o repertório local".

Por fim, o grupo, além de reivindicações específicas relacionadas a problemas da cidade, recomenda a realização de amplo cadastramento das potencialidades culturais que são produzidas e reproduzidas na região, "visando propiciar a revitalização da produção, distribuição e comercialização destas manifestações e sua devolução à própria comunidade".

Arquivo vai reunir história de Cachoeira

A assinatura de um convênio entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, a Fundação Nacional próMemória da Secretaria da Cultura do MEC, a Universidade Federal da Bahia e a Prefeitura Municipal de Cachoeira, com o objetivo de criar na cidade o Arquivo Regional do Recôncavo Baiano, marcou a solenidade de abertura do Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da Cidade de Cachoeira, realizada na noite do dia 23 de março, no auditório do Ginásio das Sacramentinas, perante uma platéia de cerca de 500 pessoas.

O Arquivo Regional pretende reunir os documentos relativos à história dos engenhos e da guerra da Independência na Bahia, bem como quaisquer outros documentos, sejam de origem histórica, legislativa, judiciária e administrativa. Estará aberto, também, à doações por particulares e a documentos sobre assuntos religiosos desde que autorizados pelos párocos. O arquivo vai funcionar em uma casa pertencente à Fundação próMemória, situada na Rua Benjamin Constant, em Cachoeira. Assinaram o convênio o Secretário da Educação e Cultura da Bahia, Kléber Pacheco de Oliveira, o Presidente da Fundação Nacional próMemória e Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, o Reitor da UFBA, Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa, e o Prefeito Municipal de Cachoeira, Ariston Mascarenhas.

O Seminário foi aberto pelo Prefeito Municipal que saudou os congressistas e ressaltou a importância do evento para a comunidade de Cachoeira. Em seguida, passou a palavra ao Secretário Kléber Pacheco que, em nome do Governador Antônio Carlos Magalhães, louvou a iniciativa da SPHAN/próMemória e demais órgãos de realizar o simpósio. Por sua vez, o Reitor Luiz Fernando Macedo falou sobre a participação da UFBA na vida cultural do Estado e o significado do convênio firmado

SPHAN 17
*pró*Memória

Arquivo SPHAN



Na abertura do Seminário, Aloísio Magalhães pede o apoio da comunidade.

naquele momento para a criação do Arquivo Regional do Recôncavo Baiano.

"Para o nosso país – disse o Reitor da UFBA – o Estado da Bahia tem um alto significado em toda sua vida cultural e histórica; por outro lado, para a vida do nosso Estado a cidade de Cachoeira tem essa mesma relevância histórica e cultural. E, como expressão maior da atuação institucional no âmbito da cultura, a Universidade Federal da Bahia se sente extremamente rejubilada com a oportunidade de participar deste evento de interesse cultural, patriótico, histórico, tanto para o Estado, que é altamente representativo da cultura nacional, como para a cidade, que por seu turno é altamente representativa da cultura baiana".

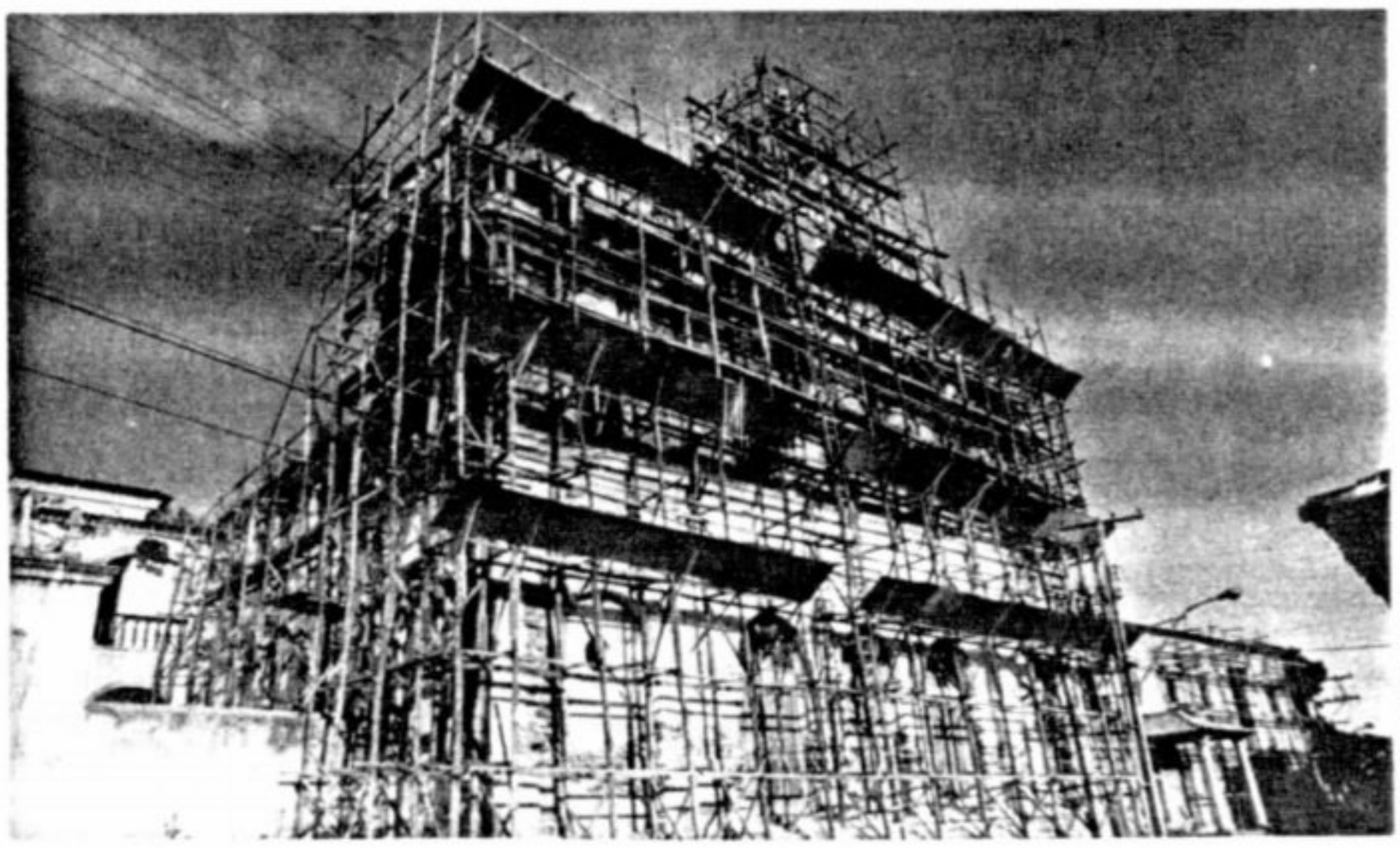
A Diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia, Ana Amélia Vieira do Nascimento, ao destacar a importância do Arquivo Regional para Cachoeira e o Estado, fez um rápido pronunciamento sobre a evolução histórica da cidade, salientando o seu expressivo patrimônio cultural.

Encerrando a solenidade, discursou o Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães que, reportando-se ao Seminário realizado em Ouro Preto, quando a cidade mineira estava ameaçada pelos deslizamentos dos morros que a cercam, ressaltou que, a partir daquela experiência, ficou clara a importância de os órgãos envolvidos na preservação do patrimônio nacional ouvirem os anseios e buscarem o respaldo das comunidades para a execução de suas ações. "Não há melhor guardião para o bem cultural que o seu dono, aquele a quem esse bem está ligado pela história, pela tradição", afirmou o Secretário, para quem "todos os esforços, todos os recursos financeiros, todas as metodologias que se possam trazer através da ação federal, estadual e municipal, só têm sentido quando a comunidade participa da escolha, da defesa, da maneira como se deve proceder, dentro dos critérios tecnológicos determinados por legislação, o que deve ser preservado, como deve ser preservado e, sobretudo, a guarda desses bens".

TRABALHOS

Na manhã do dia 24, os que vieram de fora para participar do Seminário fizeram uma visita aos vários monumentos da cidade, demonstrando especial interesse nas obras de restauração que estão sendo executadas no Convento da Ordem Terceira do Carmo. Os trabalhos foram iniciados em abril de 81 e contam com recursos financeiros da SPHAN/próMemória e EMBRATUR e deverão estar concluídos até o final deste ano. Restaurado, o Convento vai abrigar uma pousada, visando dotar Cachoeira de uma infra-estrutura hoteleira capaz de atender ao fluxo de turistas (SPHAN nº 12, pág. 19).

Na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, os visitantes tomaram conhecimento das obras de reparo que estão sendo executadas em seu telhado e o problema de desestabilização que afeta o seu piso, devido, provavelmente, às constantes cheias do rio Paraguaçu que inundam a cidade. A SPHAN/próMemória, através da 5ª Diretoria Regional, já alocou recursos financeiros para solucionar o problema. Outro local visitado foi o Museu da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, na Capela de Nossa Senhora da Ajuda, uma congregação composta exclusivamente por mulheres e de larga tradição na região.



Arquivo SPHAN

O Convento do Carmo vai abrigar uma pousada.

Apogeu e decadência do núcleo histórico.

Arquivo SPHAN



A ponte sobre o rio Paraguaçu liga Cachoeira à vizinha cidade de São Félix, que, em menor número que a primeira, também apresenta monumentos.

Cidade-Monumento Nacional, de acordo com o Decreto nº 68045, de 18 de janeiro de 1971, "Heróica", segundo título outorgado pelo Imperador Pedro I em reconhecimento à bravura de seu povo na campanha pela Independência, Cachoeira tem sua origem no projeto de expansão da cultura de cana-de-açúcar, posto em prática por Martim Afonso de Souza nos anos seguintes ao Descobrimento. A cidade surgiu de um povoado edificado nas fazendas dos primeiros colonizadores, os Adorno e os Rodrigues Martins, na margem esquerda do rio Paraguaçu. Em 1626 foi elevada à categoria de Freguesia, a 7 de janeiro de 1698, à Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, e a 13 de março de 1837, à Cidade de Cachoeira.

Privilegiado entreposto do sertão com o litoral, a Vila teve um rápido desenvolvimento a partir da primeira década do século XVII, desenvolvimento este em todo momento vinculado à família Adorno, dona da terra em que fora assentada a povoação. Era residência de ricos portugueses estabelecidos em grandes fazendas e casas de todo o gênero de negócios. Para lá convergia o movimento de quase todo o comércio sertanejo de Minas e Bahia. A população crescia e enriquecia com as lavouras de mandioca e fumo e o comércio. No século XVIII Cachoeira atingiria a sua fase de maior prosperidade, quando belos prédios seriam erguidos no estilo barroco.

Tão rica era Cachoeira que em 1756 o Rei de Portugal resolveu taxar a Vila numa vultosa quantia, revertendo-a para a recuperação da cidade de Lisboa, quase totalmente destruída por um terremoto. Paralelo ao seu desenvolvimento econômico crescia sua importância política: receberia, algum tempo depois, as visitas ilustres de D. Pedro I, D. Pedro II, Princesa Isabel e Conde D'Eu.

O Conselho Interino do Governo da Província aí se instalaria, passando a organizar batalhões patrióticos que se defrontariam com as forças lusas de Madeira de Melo na disputa pela posse efetiva do grande centro econômico. O início dessas lutas foi marcado pela tomada de uma canhoneira que adentrara o Paraguaçu e iniciara um ataque à cidade. A 25 de junho de 1822, antecipando o Grito do Ipiranga, Cachoeira já proclamava o Príncipe D. Pedro como regente. E a partir de então muitos dos seus filhos morreriam até ser alcançada a vitória final que em 1823 tornaria a Bahia definitivamente livre do jugo português, consolidando a Independência do Brasil. Um feito muito comemorado, que daria para a história nomes famosos como o da heroína Maria Quitéria de Jesus, "a mulher-soldado". Mais tarde, o país também renderia homenagens a outra filha de Cachoeira, Ana Neri, a brava "Enfermeira do Brasil" que se destacaria na Guerra do Paraguai.

DECADÊNCIA

A partir de 1940, Cachoeira entrou em uma fase de grande decadência, perdendo, gradativamente, a sua importância, à medida em que crescia o processo de seu isolamento. Com o crescente desenvolvimento do transporte rodoviário, o caminhão passou a representar importante papel nas transações comerciais, pelas vantagens oferecidas de transporte porta a porta, em contraste com um transporte ferroviário arcaico e nunca modernizado, em termos de concorrer com a rodovia. O transporte fluvial, que representou sempre fator preponderante na importância de Cachoeira, decaiu tanto, que chegou a ser suspenso. Crises se sucederam na área da indústria fumageira, chegando ao fechamento de fábricas, enquanto a respectiva lavoura, que ocupou posição de liderança por mais de dois séculos, igualmente retrocedeu, cedendo a primazia a outras regiões.

Em conseqüência, verificou-se estagnação e decadência geral, que se refletiu numa degradação do ambiente urbano tradicional, pela desocupação de número considerável de casas, sobretudo os grandes sobrados, cuja manutenção tornou-se impossível numa fase de declínio de negócios, resultando no progressivo arruinamento de alguns e no aspecto decadente de outros, configurando uma situação muito conhecida nas cidades em que fatos econômicos e sociais semelhantes ocorreram.

Março/Abril 1982

SPHAN 17

*pró*Memória

*pró*Memória recebe as chaves do Paço da Cidade



Arquivo MEC

Em cerimônia realizada a 19 de março, no Rio de Janeiro, o Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, recebeu do Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Adwaldo Botto Barros, as chaves do antigo Paço Imperial, na presença dos Ministros da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, e das Comunicações, Haroldo Correia de Mattos. Localizado na Praça 15, o prédio abrigou durante 93 anos uma agência dos Correios e, desde março passado, funciona ali um grupo de trabalho que está elaborando o projeto de restauração do monumento e a reformulação do seu entorno, a Praça 15.

A solenidade de devolução do Paço da Cidade, como é conhecido hoje, realizou-se na antiga Sala do Trono. O prédio, construído em 1750, foi sede da administração na época do Governador Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, passando mais tarde a Paço dos Vice-Reis, Paço Real e Paço Imperial. De suas janelas,Dom Pedro I anunciou ao povo a proclamação da Independência e, numa de suas salas, declarou o famoso "Fico" Em 1888, a Princesa Isabel, neta de D Pedro I, assinou a Lei Áurea em um de seus salões e anunciou de uma de suas sacadas que os escravos estavam livres. A partir da República, o prédio passou a abrigar a repartição dos Correios e Telégrafos e, à essa época, já havia sofrido modificações em sua planta original. As fachadas, por exemplo, foram descaracterizadas com a abertura de 204 portas e janelas. Internamente, também, ocorreram várias modificações que alteraram o perfil original do edifício. No início do século, platibandas e enfeites de jarrões foram colocados, escondendo os telhados, mas foram retirados em 1929, no Governo Washington Luís. Nessa época, o terceiro andar foi ampliado até a fachada da frente, onde se introduziu um frontão neoclássico.

A Praça 15 – antigo Largo do Carmo – foi também, durante esse tempo, passando por diversas alterações. Restaram alguns monumentos – a Igreja e o Convento do Carmo, o Arco do Telles, a Catedral Metropolitana e o Chafariz de Mestre Valentim – que, no entanto, se encontram esmagados e espremidos entre vários espigões, terminais de ônibus, a via elevada Perimetral, construída bem junto à fachada do Paço e um viaduto de pedestres, construído abaixo da Perimetral.

RESTAURAÇÃO DO PAÇO

As pesquisas e estudos que vêm sendo realizados há um ano por técnicos da SPHAN, sobre o Paço da Cidade, continuarão até que se elabore o projeto definitivo de restauração do monumento. Há duas propostas, atualmente sendo analisadas, que são parte do resultado dessas pesquisas: a primeira prevê a reconstituição das características do imóvel no início do século passado e a segunda, a manutenção do volume atual, apenas eliminando o frontão postiço da fachada principal, trocando as telhas e corrigindo a configuração do telhado (SPHAN nº 16, pág. 17). O arquiteto Glauco Campello, responsável pela 6ª Diretoria Regional da SPHAN (Rio e Espírito Santo), salienta, porém, que os estudos não se limitarão ao Paço, mas se estenderão a toda a Praça 15, no sentido de procurar acomodar a necessidade de preservação às imposições do crescimento da cidade. Para isso, já foi criado um grupo de trabalho, que ficou responsável pela elaboração de um projeto de total reformulação da Praça 15, constituído por quatro arquitetos: um representante do Estado, um do Município, um da Bolsa de Valores e um da SPHAN, Glauco Campello. Segundo Campello, esse grupo ouvirá também organismos como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Clube de Engenharia, e estudará a Praça 15 em detalhes, desde a circulação de veículos e o gabarito dos edifícios em torno até a preservação dos monumentos que ela conserva. A desativação dos terminais de ônibus, a eliminação da passarela de pedestres, a interrupção do tráfego na área da praça, que seria toda calçada e estendida até o mar, como antigamente, são alguns dos aspectos que serão analisados no projeto de recuperação da Praça 15.

A Bolsa de Valores pretende expandir sua sede na Praça 15 construindo uma torre de 39 andares,

cujo projeto prevê o funcionamento de galerias de arte no térreo. A Faculdade Cândido Mendes também pretende construir um prédio na área. No entender de Aloísio Magalhães, "o prédio da Bolsa tem uma razão histórica, pela instituição ter funcionado sempre no local" e o prédio da Faculdade "tem uma razão social por ser um centro de estudos. A altura do prédio (42 andares) não constitui problema, já que ela se desdobrará em dois para que a massa seja menos compacta". Segundo o Secretário da Cultura, a trajetória histórica do Paço e da praça é extraordinária, mas é preciso procurar conciliar a necessidade de preservação com a de mudança, integrando memória e desenvolvimento.

A restauração do Paço da Cidade, que será baseada em iconografias da época (quadros de Leandro Joaquim e gravuras de Thomas Ender e William Burchell), será feita em dois anos e, para o início da obra, a próMemória já conta com uma verba de mais de Cr$ 40 milhões. O grupo de trabalho que desenvolve os projetos de recuperação da Praça 15 já está funcionando no prédio. Depois de concluídas as obras de restauração, o Paço da Cidade deverá se transformar num ponto de encontro comunitário com livrarias, sebos, lojas de discos, de filatelia, um café mantido pelo Instituto Brasileiro de Café (IBC), além da agência Praça 15, dos Correios e Telégrafos, que continuará a funcionar no local. "O importante", segundo Aloísio Magalhães, "é que se devolverá o Paço à comunidade, interrompendo um silêncio de 93 anos sobre sua importância histórica. É como se ele, só agora, saísse do limbo". A Praça 15, por sua vez, deverá estar totalmente reformulada até 1986.

Para Aloísio Magalhães, chegou a hora de tomar decisões importantes no sentido de valorização de aspectos históricos do Rio de Janeiro e o que se pretende fazer com o Paço da Cidade é um bom pretexto para isso, na medida em que esse imóvel se situa numa das áreas mais significativas para a memória da cidade. "Essa era a entrada do Rio, e não houve ato histórico de importância, nos séculos XVIII e XIX, que não tivesse sido realizado ali".

Ministro Ludwig vê situação cultural do Rio

A solenidade de transferência do Paço da Cidade para a Fundação Nacional próMemória foi o último e mais importante evento dos quatro dias da visita cultural que o Ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, fez ao Rio em março passado.

Em sua viagem para verificar "in loco" a situação das instituições culturais do Rio, o Museu Nacional de Belas-Artes foi o primeiro órgão visitado pelo Ministro Ludwig. Desde 1964, o MNBA não recebia a visita de um Ministro da Educação e Cultura. O titular do MEC ficou surpreendido com o precário estado de consevação do prédio tombado, onde viu obras danificadas pelas goteiras que, em dias de chuvas, atingem a sala de exposição do Museu, com acervo de 10.500 obras, "o maior da América Latina", segundo o Diretor Alcídio Mafra. Depois de se reunir com Mafra, quando se inteirou dos problemas enfrentados para a conservação e utilização do Museu, o Ministro viu de perto a restauração da obra de Cícero Dias, *Eu vi o mundo, Ele começa em Recife*, além do acervo de gravuras, onde se encontram obras de Reembrandt, Goeldi, Dürer, entre outros.

No mesmo dia, à tarde, o Ministro Ludwig visitou as instalações da Fundação Nacional de Arte – FUNARTE, onde participou de uma reunião de trabalho com o Diretor-Executivo do órgão, Mário Machado, e os diretores dos institutos a ele vinculados: Instituto Nacional de Música, Instituto Nacional de Artes Plásticas (INAP) e Instituto Nacional do Folclore.

No dia seguinte, pela manhã, o Ministro da Educação percorreu toda a Biblioteca Nacional, reconhecendo que seus problemas são muitos: falta de espaço físico, deficiência de pessoal especializado, precariedade nas instalações, necessidade de urgente recuperação e catalogação de grande parte do acervo. Essa foi a primeira vez que Rubem Ludwig esteve na Biblioteca como Ministro de Estado. Lá, inaugurou a seção de reprografia – reprodução de documentos – que estava sem funcionar desde fevereiro, e visitou as seções de obras raras e manuscritos, ficando chocado com o estado de abandono e precariedade de conservação do material. Para ele, sua visita não teria sentido se "eu apenas fizesse um julgamento ou um balanço das coisas boas ou más. O importante não é julgar, é compreender e formular planos para dias melhores". Na ocasião a Diretora da BN, Célia Zaher, se reuniu com o Ministro tratando principalmente do problema de falta de espaço na Biblioteca. Célia Zaher pretende que se construa um anexo no terreno do antigo prédio do Supremo Tribunal Federal, como forma de resolver a questão espacial.

À tarde, o Ministro esteve no Museu Villa-Lobos, no 9º andar do Palácio da Cultura, onde também inaugurou as novas instalações da Seção de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional, que para lá foram recentemente transferidas, para aliviar o problema da falta de espaço na BN. No Museu Villa-Lobos, a Diretora, D. Arminda Villa-Lobos, viúva do famoso compositor, mostrou ao Ministro o reduzido espaço destinado ao acervo do maestro. Partituras, livros, discos, objetos variados, de algum modo ligados ao compositor, só podem ser expostos numa mínima parte, ficando o restante guardado em armários ou estantes. "Se derem mais uma sala, considerarei como se tivesse ganho um palácio", disse ao Ministro a viúva Villa-Lobos, depois de mostrar que até na copa guardava peças do Museu.

A visita do Ministro da Educação ao Museu Histórico Nacional no penúltimo dia, começou pela parte mais antiga da instituição, construída em 1762 e conhecida como a Casa do Trem. O Diretor do MHN, Gerardo Raposo da Câmara, percorreu com o titular do MEC as obras de restauração do prédio que, segundo o ministro, uma vez concluídas, "farão deste um dos mais belos museus do nosso continente". A reforma do Museu, iniciada há cinco anos, deverá terminar somente daqui a dois anos.

SPHAN 17
*pró*Memória

Convênio CEF/próMemória: Imóveis tombados têm crédito para restauração

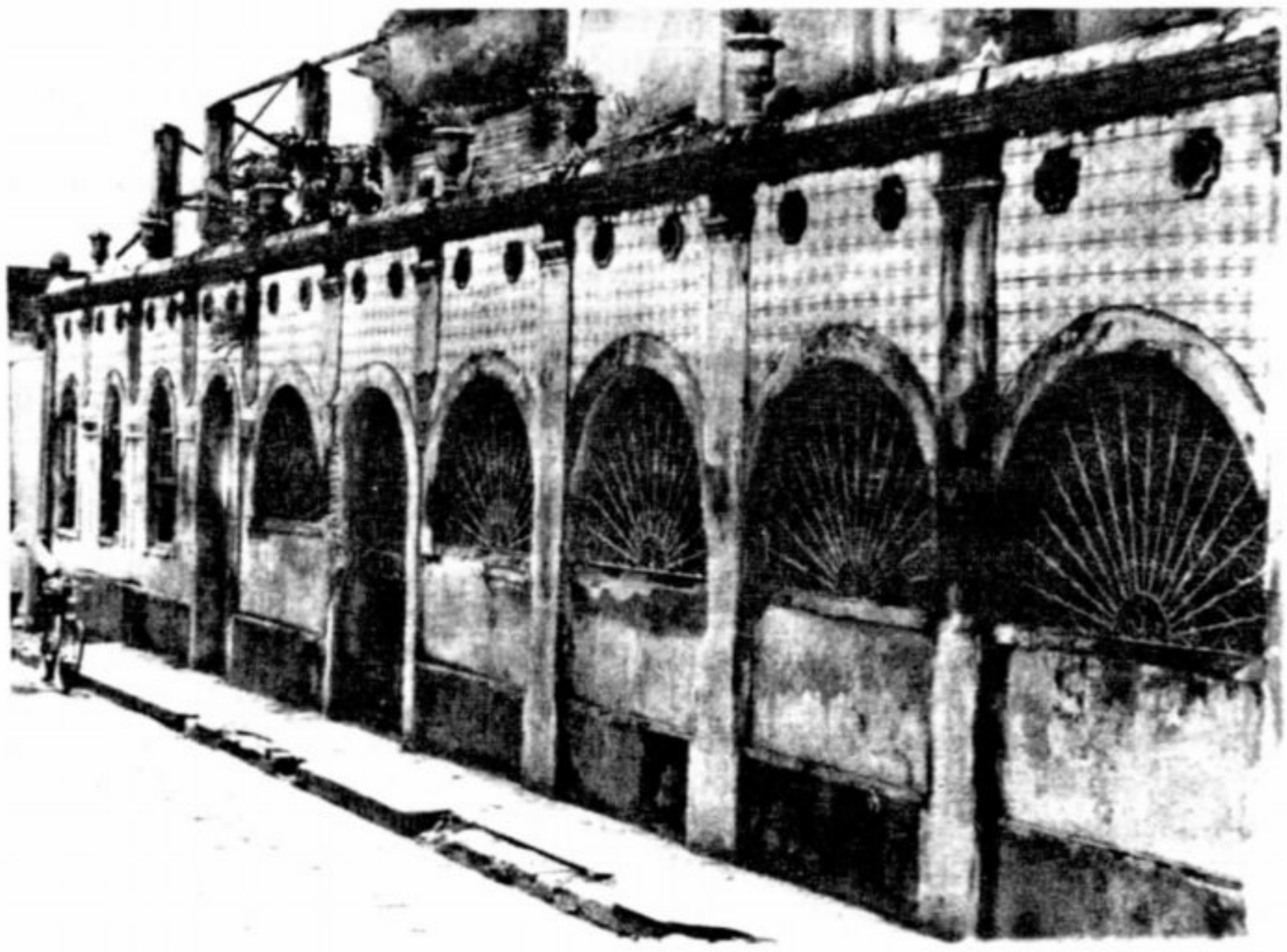
As agências da Caixa Econômica Federal, em todo o país, já estão autorizadas a conceder financiamento, através do Sistema Financeiro da Habitação-SFH, às pessoas físicas, para restauração de imóvel de sua propriedade, tombado ou pertencente a áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme estabelece o convênio assinado, em janeiro passado, entre o Ministro da Educação e Cultura, Rubem Ludwig, o Secretário da Cultura e Presidente da Fundação Nacional próMemória, Aloísio Magalhães, e o Presidente da CEF, Gil Macieira (SPHAN nº 16, pág. 20).

De acordo com a cláusula quarta do convênio, os candidatos ao financiamento serão encaminhados à CEF pela SPHAN/próMemória, através de suas Diretorias Regionais. Essa rotina inclui, como passo inicial, a prestação de informações ao candidato, pela CEF, sobre documentação necessária, levantamentos cadastrais, valor do financiamento compatível com sua renda, etc.

Acertada a viabilidade do financiamento, os projetos de restauração a serem encaminhados à CEF deverão ser aprovados pela Diretoria Regional, de modo a garantir as características arquitetônicas do imóvel. Segundo a claúsula oitava do convênio, o financiamento será liberado parceladamente, de acordo com o cronograma físico-.financeiro da obra e após pareceres da Engenharia da CEF, que ateste a conclusão da etapa prevista, e da SPHAN/próMemória, atestando o integral cumprimento das especificações, no sentido de resguardar as características do edifício. Para o cumprimento desta cláusula, o convênio estabelece que a CEF e a SPHAN/próMemória se reservam o direito de efetuar vistorias periódicas no imóvel.

Os financiamentos serão concedidos pela CEF, como agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, dentro do Programa de Construção Individual da Casa Própria-CICAP, gerido por esse banco. Em garantia da operação, a CEF receberá em primeira e especial hipoteca o imóvel objeto da reforma financiada. Os financiamentos previstos no convênio ficarão sujeitos às condições estipuladas pela regulamentação do Sistema Financeiro da Habitação, baixadas pelo BNH, em especial no que se refere a taxa de serviço, taxa de juros, limites e quota do financiamento, fundo de compensação de variações salariais, prazos para a reforma e amortização do financiamento, cobertura de apólice de seguro habitacional, taxa mensal de cobrança e administração, sistema de amortização, correção monetária e renda familiar.

O valor total do convênio é de Cr$ 1,4 bilhão - o correspondente a um milhão de UPCs do BNH. O valor máximo do financiamento será de 2,5 mil UPCs - Cr$ 3,5 milhões.



Arquivo SPHAN

IMPORTÂNCIA

O convênio com a CEF faz parte de uma orientação administrativa mais ampla que o Secretário da Cultura do MEC tem enunciado em algumas oportunidades: consideradas as naturais e, na maioria das vezes, irremovíveis limitações orçamentárias, é necessário e recomendável que se busquem e se identifiquem fontes alternativas de recursos que possam ser utilizadas pelos órgãos vinculados à Secretária da Cultura.

A CEF, o maior e mais importante dos agentes que compõem o Sistema Financeiro da Habitação (com cerca de 70% de suas aplicações voltadas para a área de Habitação e Hipoteca) é a fonte natural de recursos a ser lembrada quando se cogita de qualquer programa de financiamento que tenha como objeto o setor imobiliário. Em relação ao convênio, deve-se considerar ainda a vocação daquela empresa e a trajetória que vem desenvolvendo (segundo orientação administrativa do próprio Governo) para tornar-se um autêntico "Banco Social", com preocupações, portanto de apoio a iniciativas de cunho sócio-cultural, nas quais naturalmente se inclui a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Embora a idéia já existisse como parte de uma filosofia de trabalho, a iniciativa primeira (concreta) não partiu propriamente da SPHAN. Foi uma sugestão à CEF feita pela Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais. Entretanto, um convênio amplo como o assinado, envolvendo imóveis tombados em todo o país, só poderia ser levado a efeito com a interve-



Arquivo SPHAN

niência do órgão competente de proteção ao patrimônio - a SPHAN, no caso.

De posse da referida informação sobre a iniciativa da SEPLAN/MG, foi designado representante da SPHAN/ próMemória junto à CEF (mais precisamente, junto à Diretoria de Habitação e Hipoteca) para tratar dos interesses da instituição na fase de encaminhamento do convênio. Os passos seguintes foram os característicos de quaisquer convênios, quais sejam os de negociar com o convenente as condições específicas que eventualmente possam compor os interesses de ambas as partes: de um lado, a SPHAN/pró Memória, com uma série de preocupações inerentes à sua peculiar atividade de proteção ao patrimônio histórico, necessitando, por isso, precaver-se de quaisquer desvirtuamentos comprometedores de seu trabalho; de outro, a CEF, tendo naturalmente que enquadrar as operações dentro das normas do SFH, resguardando, de sua parte, a economicidade de tais operações representada pela rentabilidade e retorno das mesmas, e, além disso, procurando aliar a essa atuação puramente técnica sua referida condição de Banco Social do Governo.

Da parte da SPHAN/próMemória conseguiu-se no acordo uma base sólida para sua atuação, consubstanciada em duas cláusulas: a do encaminhamento dos candidatos e dos projetos estes sendo encaminhados somente após a prévia aprovação da SPHAN e a da fiscalização das obras de restauração - as parcelas do financiamento serão liberadas somente se rigorosamente atendidas as especificações de cada projeto.

É significativa a importância do convênio, sob vários aspectos: se se pensar que uma política eficaz de proteção ao patrimônio jamais será empreendida a partir de uma atuação puramente paternalista do Estado, nota-se que o envolvimento da comunidade é fundamental para a consecução dos vários objetivos da referida política. Tal envolvimento se daria a vários níveis e de diferentes formas. Uma delas, a do próprio comprometimento daqueles que, sendo proprietários de imóveis tombados, tenham as condições econômico-financeiras de arcar com as obrigações de um financiamento para restaurar e manter o seu bem patrimonial (muitas vezes, sua própria moradia). Essa também, uma forma de conscientização de tais proprietários e, por extensão, de parcelas da comunidade.

De outro lado, pela primeira vez, uma instituição financeira do Estado incorpora em suas atividades normais um programa específico voltado para a restauração de imóveis tombados (o que, de resto, é bastante positivo para o delineamento de sua imagem de "Banco Social"). Este é um precedente que poderá ter desdobramentos extremamente favoráveis não só para a SPHAN como para outras áreas da Secretaria da Cultura e para a própria CEF.

Representa também o convênio um virtual remanejamento de verbas, com a conseqüente e potencial ampliação das atividades da SPHAN, considerando que o comprometimento de um proprietário com a restauração de seu imóvel libera a entidade do desembolso necessário para tal fim.

Levando-se em conta o valor total envolvido e o valor individual dos créditos, a oferta potencial mínima do convênio é de 400 financiamentos. No entanto, se se pensar na hipótese de não utilização dos limites individuais de crédito e na presença de uma demanda que venha a absorver o valor total disponível, se teria um número significativamente maior de financiamentos.

PROGRAMA

A SPHAN/próMemória, juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, estuda, no momento, a criação de um programa junto ao BNH dirigido especificamente ao atendimento das necessidades de recuperação arquitetônica e urbanística de conjuntos históricos, para populações residentes de baixa renda.

No entender dos técnicos da SPHAN/próMemória envolviddos nos estudos, o programa, além de importante para a evolução e continuidade dos trabalhos ligados à preservação do patrimônio, representaria um autêntico avanço na filosofia de atuação dos órgãos que compõem o SFH com notáveis conseqüências práticas e conceituais no que se refere ao problema de moradia.



Arquivo SPHAN

SPHAN 17
*pró*Memória

OPINIÃO

O papel do patrimônio cultural no futuro da Nação (*)

Meus amigos, companheiros, colegas da Bahia, reconheço tantos neste conjunto, tanto os que são autoridades de maior ou de menor importância no momento, como aqueles que não sendo autoridades presenciam esta solenidade, mas a quem eu me dirijo neste momento particularmente são às pessoas, à comunidade de Cachoeira. Não posso ainda chamá-los de meus amigos, na medida em que o contato é o primeiro. Nunca visitei a cidade de Cachoeira antes.

Curiosamente, eu queria começar dizendo a vocês que fazem exatamente três anos que assumi a responsabilidade do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Não foi de propósito, não se combinou esta reunião com o intuito de comemorar, nem com o intuito de fazer coincidir uma data com a outra. Foi um simples acaso. E ele é significativo na medida em que ao assumir o Patrimônio, nos deparávamos com a iminência de um desastre, quase um desastre, já em parte um desastre, na cidade de Ouro Preto. Excessivas chuvas provocaram deslizamentos no equilíbrio geológico no entorno da cidade de Ouro Preto, encravada que ela está entre montanhas. Esses deslizamentos provocaram alguns danos sérios e riscos enormes na estabilidade do grande monumento nacional. Foi, portanto, sob a égide de um desafio muito grande que comecei a minha atividade à frente dos destinos da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Conseguimos, como primeira atitude e como primeiro gesto, num impulso intuitivo, a idéia de porque não irmos a Ouro Preto, porque não conversar com a comunidade, porque não reunir de porta aberta e tentar ouvir os desejos, os anseios, as inquietações que a comunidade deveria, certamente, exprimí-los? E pedir, sobretudo, à comunidade e mostrar à comunidade de Ouro Preto que nada teria sentido, que nenhum gesto fundamentalmente seria definitivo na conservação daquele monumento, se não fosse de acordo com a aprovação e com a nítida consciência da comunidade de Ouro Preto do valor dos seus bens. Foi nessa ocasião que exprimi, também espontaneamente, a idéia de que não há melhor guardião para o bem cultural do que o seu dono, aquele a quem esse bem está ligado pela história, pela tradição, pelo laço de família, pela vida, pelo sentido global de existência de um indivíduo.

Todos os esforços, todos os recursos financeiros, todas as metodologias que se possam fazer através da ação federal, da ação estadual, da ação municipal, eles têm sentido de apoio tecnológico, de recursos financeiros, de interação com uma realidade. Mas, fundamentalmente, é a comunidade quem deve determinar esta política, quem deve participar na escolha, na defesa, na maneira como que deve se proceder dentro dos critérios tecnológicos determinados pela legislação competente, o que deve ser preservado, como deve ser preservado, e, sobretudo, a guarda desses bens.

Não posso deixar de referir, aqui, a vocês, que a minha reflexão nesses anos está, paradoxalmente, dividida em dois pedaços: de um lado, acho que foi feito muito pouco, que não conseguimos ainda chegar a um nível em que o atendimento das necessidades do espaço brasileiro, que a consciência das coletividades brasileiras, que o trabalho metodológico de todos os técnicos envolvidos nessa área, não chegam sequer a representar o mínimo que se pudesse já sentir, realmente, que esse patrimônio está sendo cuidado. Estamos longe disso. Por outro lado, a minha divisão e a minha contradição internas, às vezes, apontam o contrário: já foi feito muita coisa, já se modificaram alguns conceitos que precisavam ser revistos, já as atitudes em relação às comunidades, à co-participação acrescentam muito no desenho, nos destinos dessa preservação.

Quando hoje se olha nos jornais do país inteiro, quando se ouvem os rádios e vêem as televisões, é surpreendente a quantidade de informações sobre patrimônio. Mesmo, e sobretudo, quando são denúncias, quando se reclama que o Governo não atendeu, que o Patrimônio ainda não resolveu, que a igreja vai cair. São sinais da vitalidade da comunidade brasileira, publicando os seus desejos, seu empenho para que esse patrimônio seja conservado, seja mantido. São, portanto, através de uma aparente negação, de uma crítica, sinais de uma absoluta vitalidade, sinais positivos na direção de sensibilizarmos a área.

O trabalho de quem está na minha posição é de que a luta é muito grande, porque temos que conscientizar a comunidade para que ela nos apoie e nos peça, e ao Governo que nos dê os elementos necessários a essa preservação. É uma dupla, contínua, permanente luta. E o apoio da comunidade é imenso, na medida em que ela torna a nossa palavra mais forte, porque apoiada, estribada em desejo coletivo. Na verdade, o que viemos pedir, o que estamos pedindo às comunidades com as quais nós interagimos ou que vamos interagir, é que nos dê esse apoio, essa solidariedade, que é, em última análise, na direção de maiores recursos, melhores métodos na direção da preservação. É nesse sentido o tipo de encontros como este, que já é o décimo que nós realizamos nesse período, começando pelo de Ouro Preto, tendo feito Parati, Olinda, São Luís e muitos outros, que não foram programados por prioridades, a não ser de uma ocasião que se apresentou propícia, não é um critério de valor, não é porque uma cidade seja melhor do que a outra. Foram certos sintomas, às vezes pedidos, às vezes uma solicitação, às vezes uma ameaça, que determinaram a ordem com que nos dirigimos, nos comunicamos com as comunidades. São Luís, Porto Velho, Congonhas, Diamantina, Blumenau, Maceió, Cachoeira, e já estão programados São Cristóvão e Belém do Pará.

Em alguns casos, anoto com grande alegria que essas reuniões estavam ligadas a eventos, a momentos importantes para essas comunidades, singularmente importantes. Em Ouro Preto, é óbvio, a ameaça de um desastre geológico, o escorregamento das montanhas que soterrou casas, que ameaçou destruir inclusive os monumentos. O de Parati, idem. Os problemas sérios com que a cidade, também monumento nacional, se debatia com relação à proteção de seus monumentos. São Luís, nem falar. Quem de vocês conheça São Luís há de concordar comigo de que trata-se, talvez, de um dos mais preciosos conjuntos da arquitetura brasileira, pelo tamanho, maior do que o Pelourinho.

Como conseguir recursos, como conseguir métodos, tecnologia, para tratar problemas tão grandes. São desafios, são terríveis problemas de prioridades, que têm que ser pensados, que têm que ser tomados, que têm que ser assumidos. Não digo isso a vocês de Cachoeira para minimizar, talvez, a pequena assistência que se tenha dado até agora a esta magnífica cidade. Mas para que vocês compartilhem conosco, entendam conosco a imensa dificuldade que é a de quem tem que lutar para preservar as coisas do passado. É

preciso inclusive que se diga que a noção de progresso, sobretudo nos países jovens, nos países como o Brasil, com essa evolução rápida, acelerada, na direção do desejo de maior bem-estar da sua comunidade, tendem freqüentemente essas comunidades a só olhar para frente. Mas esse olhar para frente é um olhar curto, é um olhar pequeno, é um olhar míope, que procura ver só coisas de atendimento imediato: melhorar o padrão de vida, melhorar certas necessidades econômicas, enfim, tudo aquilo que é legítimo, que é necessário, que é fundamental à vida de cada um de nós, de cada ser humano, de procurar o seu bem-estar. Mas, muitas vezes, isso dá uma miopia, que nesse afã, nessa luta de mudar, de olhar para frente, esquece-se que o verdadeiro olhar para frente, que a única e absoluta maneira de se ver a longo alcance e atravessar um horizonte mais longo, não pode prescindir do passado. Só se pode fazer o novo a partir daquilo que você é. Não creio que nós, sociedade brasileira, no fundo de cada um de nós, exista o desejo de resolver o problema do Brasil na base apenas do Produto Nacional Bruto, na base apenas de melhorar um pouco o padrão de vida de cada um de nós, de eventualmente o país vir a ser um país relativamente rico, mas um país sem alma e sem caráter. Não acho que isto esteja dentro dos objetivos fundamentais de nenhum de nós.

Não é possível esse desejo para frente, essa visão do novo, do verdadeiramente novo, do solidamente novo, se não estiver baseado naquilo, naqueles indicadores que foram freqüentemente repetidos, reiterados através do nosso processo histórico. Costumo usar uma imagem que repito para vocês, é a do *badoque*, do estilingue: a pedra vai mais longe de acordo com a elasticidade da borracha e do recuo que se pôde dar ao gesto de lançar a pedra.

Se a Bahia não entender Cachoeira, se a Bahia não analisar, se as novas gerações, se os nossos estudantes da universidade, os rapazes e moças que serão responsáveis, mais e mais serão responsáveis pelos destinos da Nação, não tiverem lugar para estudar as verdades, os pontos de referência, os componentes básicos do que tem sido dentro da história da Nação brasileira o Estado da Bahia, a região do Recôncavo, se esses jovens não tiverem à disposição deles, e essa é a nossa obrigação: a capacidade de nós devolvermos a esse pessoal, devolvermos o contato com essa realidade guardada, escondida, não tem sentido a memória apenas para guardar o passado, não tem sentido que esses documentos, os bens fiquem apenas porque foram belos, foram úteis no passado. É preciso que voltem a ser úteis, é preciso que estejam à disposição do pessoal moço, que precisa entender esses componentes para poder entender o que deve fazer deste país.

É nesse sentido que a tarefa da preservação do patrimônio cultural brasileiro em vez de ser uma tarefa de cuidar do passado é, essencialmente, uma tarefa de refletir sobre o futuro. Muito pouca gente, e são poucas as áreas no nosso país que estão preocupadas com esse tipo de reflexão. É verdade que estamos diante de problemas muito complexos, que temos que "apagar incêndios", que temos que resolver problemas terríveis: balanço de pagamento, inflação. Tudo isso constitui essa realidade impressionante, do dia-a-dia de nós todos. É opressivo e é terrível. Mas não sairemos desse buraco, não conseguiremos construir um desenho projetivo do Brasil, nem nenhum modelo que seja verdadeiramente importante para a Nação brasileira, se isso não for feito à base daquilo que nós somos, das referências da nossa identidade. De forma que a mensagem do Patrimônio, a mensagem de nós que nos ocupamos da preservação do bem cultural é uma mensagem projetiva, é uma mensagem para o futuro, que nada tem a ver com o saudosismo, com os componentes de uma memória apagada e morta, guardada por uma questão puramente de saudosismo.

Há, portanto, um caráter pragmático, fundamental, dentro do processo do povo brasileiro vir a ser uma Nação forte, independente, autônoma, autêntica, o conhecimento e a devolução daquilo que constiui o nosso patrimônio. É insuportável que a Nação rica, um país capaz de construir Itaipu, um país com feitos admiráveis em tecnologia, já num avanço admirável em muitos dos indicadores do aparente progresso das Nações tecnológicas do mundo de hoje, não saiba cuidar do seu patrimônio. É insuportável que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com a riqueza que contém, com os livros da coleção de D. João VI, que hoje são preciosos na própria Europa, essa biblioteca esteja entregue a um completo abandono, que há 30 anos não se renove os quadros de competência. Quatrocentos e cincoenta mil livros estão numa das galerias, ninguém sabe que livros são, não se sabe o que é aquilo, há mais de 30 anos estão guardados. É insuportável que o Museu da Quinta da Boa Vista, que é um museu de Ciência, que é um museu que guarda aquilo que nós temos através de um processo histórico que diz respeito à Biologia, à Botânica, às Ciências do Homem, esteja abandonado e não capacitado a devolver à juventude brasileira o conhecimento desses bens. A sala de Botânica — eu vi — é um imenso salão, cheio de latas muito grandes, umas sobre as outras. São mais de 6 milhões de espécimes vegetais, guardadas em folhas, e que não estão catalogadas. Como é que se pode imaginar que a juventude brasileira, que os jovens universitários brasileiros, aqueles que tiveram o privilégio de atingir a universidade, como é que se pode imaginar que essa juventude se interesse pela Botânica, num país tropical, num país onde tudo levaria à grande "curtição" do verde, como é que se pode atrair a atenção desses jovens se essa coleção admirável de Botânica não está à disposição do conhecimento deles. São folhas mortas, são caixas de guardados, que faltam ser classificados, faltam ser preparados, para que os jovens possam ter acesso a essa informação.

É por isso que esse Arquivo, essa casa, que nós não fazemos nenhum favor em entregar à comunidade da Bahia para que abrigue o Arquivo Regional do Recôncavo, essa casa que é nossa, que representa o fruto da previsão admirável de homens como Rodrigo de Mello Franco, que nunca deixou que a cada passo, quando alguma vez se apresenta a hipótese de se guardar esses bens, de ter conseguido adquirir essa casa que, agora, restaurada, é devolvida à comunidade do Estado da Bahia, para que sirva de ponto focal, de lugar onde serão guardados para serem vistos, lidos, manuseados, microfilmados, elaborados, classificados, aqueles componentes que são parte fundamental da história da Bahia.

Muito obrigado.

(*) Pronunciamento do Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, na solenidade de abertura do Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da Cidade de Cachoeira.

Março/Abril 1982

SPHAN 17
*pró*Memória

AMAPÁ

Fortaleza de São José de Macapá comemora bicentenário

O Bicentenário da Fortaleza de São José de Macapá foi comemorado nessa capital no dia 19 de março passado, numa promoção do Governo do Território Federal do Amapá, com a colaboração da SPHAN/próMemória. Uma salva de tiros dos canhões da Fortaleza marcou o início dos festejos, às seis da manhã. A programação se estendeu até à noite, encerrando com um espetáculo pirotécnico. A comemoração do Bicentenário não se restringirá aos festejos do dia 19; prosseguirá durante todo o ano com a promoção de diversas atividades pelas entidades públicas e privadas do Território.

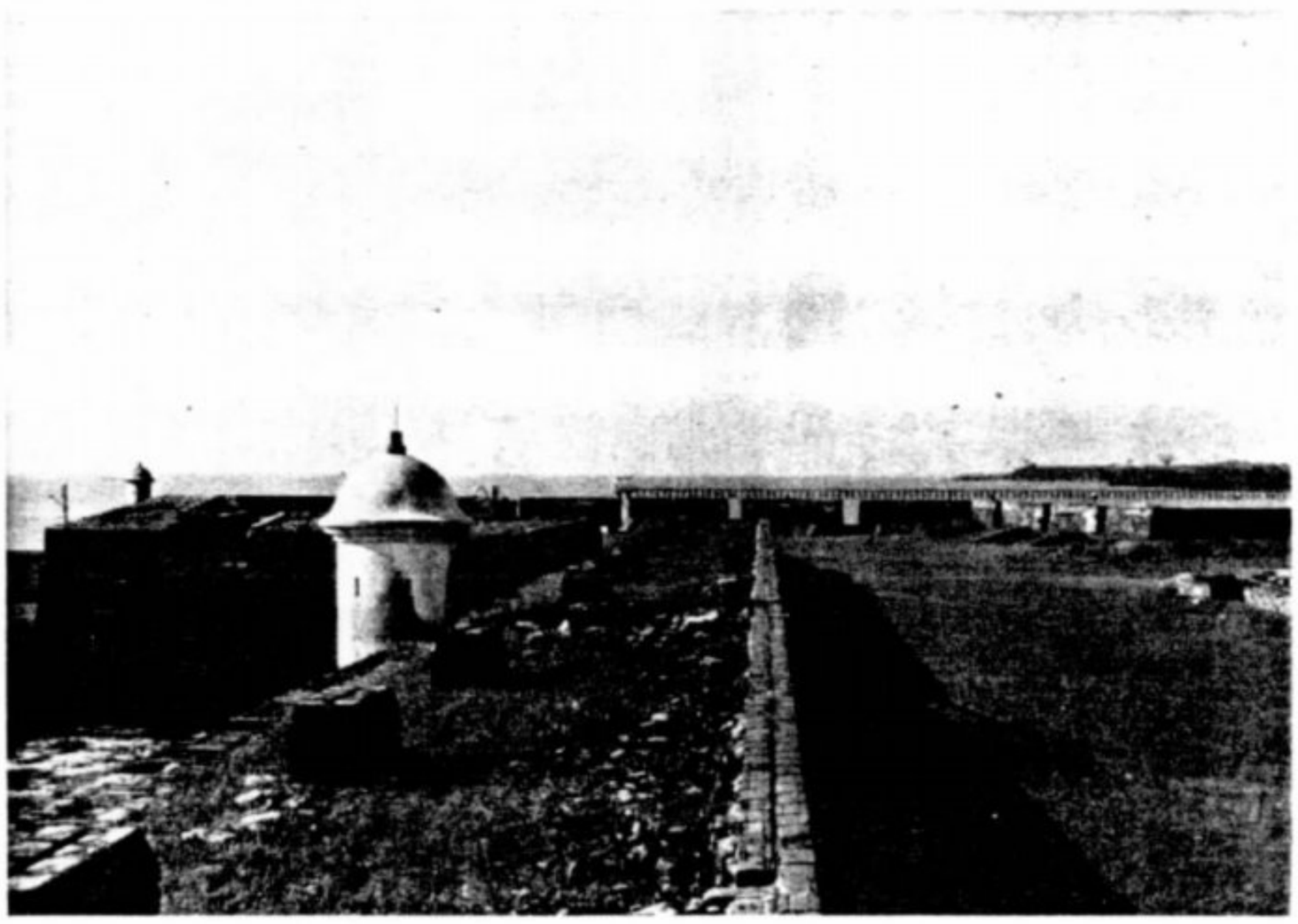
A Fortaleza de São José de Macapá representa um marco da ocupação colonial pelos portugueses que, preocupados com a função de Macapá no sistema defensivo da Amazônia, com a construção do Forte garantiram a defesa da região e a conquista definitiva do rio Amazonas.

Na antiga Província dos Tucujus, atual cidade de Macapá, por volta do início do século XVII, os ingleses construíram o Forte de Cumaú, próximo ao local onde mais tarde se ergueria a Fortaleza de São José. Arrasado pelos portugueses, estes o refizeram em 1688, com o nome de Forte de Santo Antônio de Macapá; nove anos depois foi destruído pelos franceses vindos da Guiana. A problemática questão de fronteiras entre as coroas portuguesa e francesa criou a expectativa nos Governadores do Grão-Pará de fortificar a região definitivamente. Essa fortificação deveria ser construída no mesmo local onde, em 1738, foi colocado um destacamento militar português que deu origem à Vila de Macapá. O Rei de Portugal, D. João V, em 1740, ordenou a construção do Forte, porém esta foi adiada até 1764 por falta de recursos financeiros para iniciar a obra.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão, em visita à Vila de Macapá em 1752, estudou a situação geográfica e topográfica do lugar. De volta a Belém, escreveu ao então Rei de Portugal, D. José I, insistindo pela fortificação de Macapá. Apesar do seu interesse na execução da obra, a construção do Forte só teve início sob o Governo de Fernando de Athayde Teive. O engenheiro italiano Henrique Antônio Gallúcio foi o autor da planta.

A Fortaleza de São José de Macapá foi construída segundo o sistema Vauban, comum a várias outras fortificações antigas: um quadrado, com quatro baluartes pentagonais nos vértices e uma muralha de alvenaria de pedra, arrematada por cantaria (pedra lavrada) nos ângulos salientes. No início do ano de 1764 foram realizados os trabalhos preliminares de demarcação, e a 29 de junho foi lançada a pedra fundamental do Baluarte de São Pedro. Aos outros baluartes foram dados os nomes de São José, Nossa Senhora da Conceição e Madre de Deus. O engenheiro Gallúcio inovou em matéria de fortificação defensiva, planejando uma fortaleza baixa e rasa, o que permitia o tiro à flor do solo, ao contrário do que acontecia nas altas e imponentes fortificações antigas, em desuso à época. Gallúcio não viu sua obra concluída; em 1769, foi vitimado pela malária.

Os maiores problemas enfrentados durante a construção da Fortaleza foram a escassez de material e a falta de mão-de-obra. Erguida por escravos negros e, em menor escala, pelos índios da região, foi inaugurada ainda incompleta a 19 de março de 1782. Superadas as suas características defensivas, cerca de 70 anos depois da inauguração, a Fortaleza não se beneficiou de nenhum trabalho de conservação, ficando totalmente abandonada durante mais de um século.



Arquivo SPHAN

RESTAURAÇÃO E TOMBAMENTO

O primeiro Governador do recém-criado Território Federal do Amapá, Janary Nunes, quando assumiu, em 1943, encontrou o Forte completamente cercado pela mata e com imensas árvores crescidas no seu interior. O acesso à Fortaleza só foi possível depois de abertas picadas no mato cerrado. As edificações da praça interna – paiol de pólvora, hospital,

capela, praça de armas, armazéns e quartinas – resistiram ao tempo e ao abandono porque foram cosntruídas à prova de bombas. Os trabalhos de recuperação começaram imediatamente. Em 1946, o Grupo de Guardas do Território obteve permissão do Patrimônio Histórico Nacional para aquartelar-se na Fortaleza que, até 1948, funcionou também como Cadeia Pública. Em 1953, o Governo do Território concluiu as obras de recuperação das edificações do interior da Fortaleza. Foram recuperados: a Capela e a imagem primitiva de São José, dormitórios, refeitórios e os alojamentos para oficiais, o paiol de pólvora, dois xadrezes, dois armazéns, as oficinas de marcenaria e carpintaria, o almoxarifado, o portão principal, três das oito guaritas e as rampas de acesso aos Baluartes de São José e Nossa Senhora da Conceição, entre outros.

A Fortaleza de São José foi inscrita no Livro do Tombo Histórico a 22 de março de 1950 pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1978, o Governo Arthur de Azevedo Henning iniciou novo serviço de restauração, preparando-a para as comemorações do Bicentenário. Atualmente em desuso, novas obras de recuperação estão previstas ainda para este ano, quando também deverá ser definida a futura utilização do monumento.

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

As obras de recuperação iniciadas no Governo Arthur Henning, e que agora terão continuidade, fazem parte de um projeto que vem desde então sendo elaborado para a completa restauração e preservação ambiental da Fortaleza de São José de Macapá. O projeto é de autoria da arquiteta Dora Monteiro e Silva de Alcântara, da SPHAN/próMemória, e foi solicitado pela Secretaria de Obras Públicas do Governo do Território Federal do Amapá. O trabalho já tem concluído um relatório preliminar, que é o resultado de uma ampla pesquisa bibliográfica e iconográfica acerca do Forte.

Na conclusão do relatório, Dora Alcântara demonstra sua intenção de "que este sirva como contribuição à preservação da memória local, em sua transcendência, não apenas como subsídio para a restauração física da fortaleza, mas para estimular nos filhos de Macapá o amor por esse patrimônio que, mais do que a todos, lhes pertence e pelo qual devem zelar, para que dele recebam e saibam transmitir às gerações futuras a nobre missão da defesa do país. No passado, ela requeria, principalmente, a força das armas de fogo e das grossas muralhas para resistir ao inimigo invasor; no presente e no futuro, cada vez mais, será desejável que essa defesa se apoie no desenvolvimento local e na força da cultura".

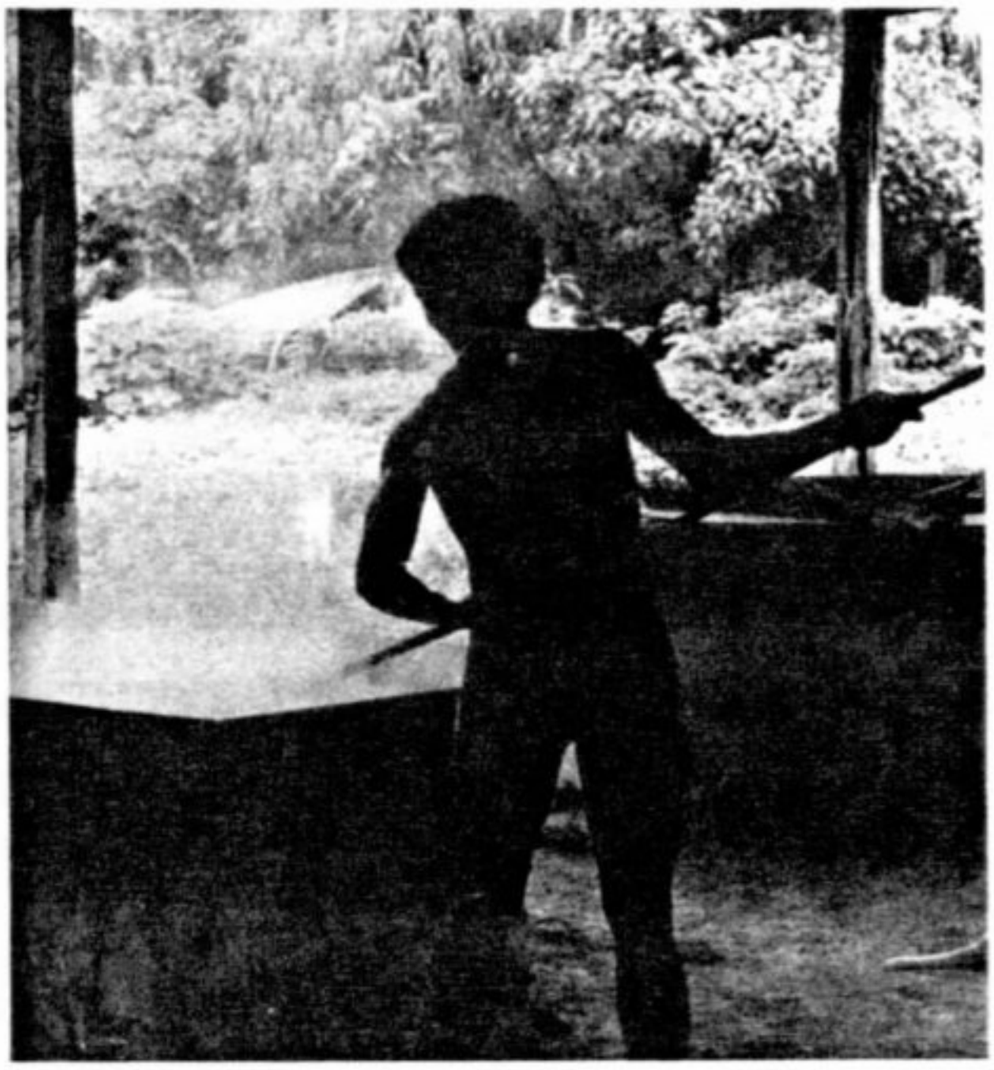
Mazagão Velho mantém viva a sua história

A comunidade do distrito de Mazagão Velho, localizado no Município de Mazagão, um dos cinco do Território (os outros quatro são: Amapá, Calçoene, Macapá e Oiapoque), conserva até os dias de hoje sua rica e interessante origem histórica através da realização de diversas Festas de Santos, durante o ano inteiro, dentre as quais se destaca a de São Thiago, padroeiro do lugar, em julho. Durante a Festa de São Thiago são rememoradas as batalhas entre mouros e cristãos, no Norte da África, que deram origem à criação do lugar, em 1770. São Thiago, segundo a lenda, ajudava os cristãos nas batalhas, alongando os dias até que conseguissem a vitória final.

A HISTÓRIA DE MAZAGÃO

Árabes muçulmanos e portugueses católicos lutavam na Mazagão Africana (hoje Mauritânia e Marrocos) quando o Rei de Portugal, D. José I, através de seu principal Ministro, o Marquês de Pombal, desativa a cidade de Mazagão, pondo fim à dispendiosa guerra santa na região, e transfere para o Brasil 340 famílias portuguesas. Mais de 1000 pessoas aportam em Belém do Pará em janeiro de 1770, trazendo consigo uma grande quantidade de objetos de valor em madeira, ouro, prata e marfim.

O Governador do Grão-Pará, Athayde Teive, mandou construir uma nova Mazagão, em plena Região Amazônica, para abrigar as famílias portuguesas e seus escravos. Apenas 163 famílias se deslocaram para a Vila de Mazagão, elevada à margem esquerda do Rio Mutuacá, seguindo as orientações dos índios do lugar de que nesse local o perigo da malária era bem menor. Em 1833, Mazagão



A técnica artesanal do fabrico da farinha de mandioca, base da economia de Mazagão Velho, permanece até os dias de hoje, através da transmissão do seu conhecimento de geração para geração.

Arquivo SPHAN

SPHAN 17
*pró*Memória



Arquivo SPHAN

regride da categoria de Vila para a de Freguesia, passando a se chamar "Regeneração". Só em 1841 retorna à categoria de Vila e ao nome primitivo, porém já apresenta visíveis sinais de decadência em consequência da má administração e das doenças que grassavam à época, como malária, varíola e cólera, que provocam o isolamento e a diminuição da população e a conseqüente deterioração das casas. Apesar de não haver nenhuma alteração nesse quadro, em 1888 Mazagão é elevada à categoria de cidade.

A partir dos últimos anos do século passado, o estado de decadência em que se encontrava a cidade era tal que o Governador do Estado do Pará, de acordo com os relatórios que chegavam constantemente dando conta da situação econômica, social e política do lugar, resolveu, já por volta de 1915, autorizar que o burgo de Mazagão fosse incorporado ao de Macapá. Os mazaganistas reagiram, pois queriam manter sua autonomia político-administrativa. As autoridades, então, acertaram a escolha de um novo local para ser instalada a sede do Município, ao Norte da antiga Mazagão e mais próximo da capital, Macapá. Os direitos de cidade de Mazagão foram revogados e, a 15 de novembro de 1915, é criada a cidade de Mazagão Novo ou Mazaganópolis.

IMAGINÁRIA

Os moradores do distrito de Mazagão Velho conservam em suas casas, e na igreja local, o que restou da rica imaginária datada dos séculos XVII e XVIII, trazida pelos portugueses desde o Norte da África. Imagens de madeira, e até de marfim, com adornos em ouro e prata, além de diversos objetos como castiçais, cálices, crucifixos, coroas de prata, entre outros, ainda se acham em Mazagão. A maioria das imagens encontra-se em avançado estado de deterioração; algumas foram restauradas, porém sem a utilização de técnicas apropriadas. Grande parte do acervo trazido pelas famílias portuguesas até a região, no entanto, se perdeu devido à falta de informação da comunidade, que até pouco tempo foi explorada por pessoas vindas de várias regiões do Brasil em busca das imagens antigas. Santos autênticos, de madeira, foram trocados por outros, de gesso. As pessoas que propunham as trocas argumentavam que traziam imagens novas, bonitas e que aquelas, estragadas e muito velhas, não tinham valor. Para evitar que essa situação persistisse, o Governador do Território baixou um decreto, em 1981, proibindo a venda de imagens e sua conseqüente retirada do distrito. Ao lado dessa medida, o Patrimônio e Arquivo Histórico do Amapá, divisão da Secretaria de Educação e Cultura (SEEC), realizou um inventário das peças que ainda se encontram na Igreja de São Thiago, com o apoio técnico de um museólogo do Museu Goeldi, de Belém. As imagens, que são propriedades dos moradores, e que foram sendo passadas de geração para geração, ainda serão inventariadas e, posteriormente, reunidas em um Museu, de acordo com um desejo da comunidade de preservar seus valores próprios.

O Departamento de Ação Complementar da SEEC vem realizando um trabalho de conscientização na região, buscando despertar a comunidade para a importância de seu patrimônio histórico e cultural. A idéia de criação do Museu é uma das conseqüências desse trabalho. Através das ações do DAC, a comunidade tem tomado consciência tanto do valor de seu acervo de imaginária quanto da importância da conservação e transmissão de seu amplo conhecimento de medicina popular e de técnicas artesanais em palha, barro e na feitura da farinha de mandioca, que é a base econômica do lugar. Uma das mais importantes ações do DAC é a inclusão, na Festa de São Thiago, de uma programação especial para as crianças, numa tentativa de despertar nos moradores mais jovens o interesse pela história do lugar e, dessa forma, garantir a perpetuação da Festa.



Arquivo SPHAN

MINAS GERAIS

7ª DIRETORIA REGIONAL DA SPHAN/próMemória SOB NOVO COMANDO

Na presença do Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, tomou posse, no dia 12 de março passado, em Belo Horizonte, o novo Diretor Regional da SPHAN/próMemória para Minas Gerais, o geólogo Dimas Dario Guedes, em substituição a Roberto Machado de Lacerda, convidado pelo Secretário da Cultura a integrar um grupo técnico de alto nível que discute, no âmbito da Diretoria de Conservação e Tombamento da SPHAN/pró-Memória, questões referentes ao patrimônio histórico-artístico nacional.

O novo Diretor da 7ª DR ocupava a Coordenadoria do Programa de Conservação da Cidade de Ouro Preto, mantido através de convênio entre a SPHAN/próMemória, Prefeitura Municipal e Universidade Federal de Ouro Preto (IPHAN nº 3, pág. 4, SPHAN nº 8, págs. 4 a 10), cargo que desempenhou durante três anos.

À cerimônia de posse compareceram, além do Secretário da Cultura, o Coordenador de Cultura de Minas Gerais, Wilson Chaves, o Delegado Regional do MEC, José Tavares de Barros, o Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, Antônio Fagundes de Sousa, o Prefeito de Ouro Preto, Alberto Caram, Beatriz Coelho, Diretora do CECOR/UFMG, Otávio Elísio Brito, da FUNDEPE/MG, o Diretor de Conservação e Tombamento da SPHAN/próMemória, Augusto Silva Telles, Galileu Reis, Diretor-Executivo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Adair Evangelista Marques, do Centro Tecnológico de Minas Gerais, o Diretor Administrativo da próMemória, Irapoan Cavalcanti de Lyra, Luís Gonzaga Teixeira, do IEPHA/MG, Caio Benjamin Dias, ex-Reitor da Universidade de Brasília, Henrique Alves de Minas, da COPAM/MG, e professores da Escola de Minas.

Em seu discurso de posse, Dimas Dario Guedes anunciou a organização de uma equipe, nos moldes da existente em Ouro Preto, para atender às situações de emergência e às comunidades mais carentes de recursos técnicos e financeiros. A seguir, a íntegra do pronunciamento do novo Diretor Regional da SPHAN/próMemória :

"Há 12 anos passados tive a ventura de conhecer, em Ouro Preto, o arquiteto português Alfredo Viana de Lima. Trabalhava o Dr. Viana no seu plano de preservação e revitalização de Ouro Preto, sob os auspícios da UNESCO, enfrentando grandes dificuldades. Para a continuidade dos seus estudos necessitava de um levantamento cadastral detalhado: plantas, fotografias e fichas de todas as casas de Ouro Preto, estendendo-se o levantamento sócio-econômico aos bairros recentes da periferia.

"O desafio lançado pelo arquiteto Viana de Lima não era pequeno. Acreditava que nós, estudantes da Escola de Minas, conseguiríamos captar os recursos necessários e realizar a tarefa proposta. Fui um dos coordenadores deste trabalho que entregamos após seis meses de intensas atividades.

"A íntima aproximação com a cidade de Ouro Preto proporcionada por este projeto consolidou em mim uma grande admiração e respeito pelas coisas do nosso passado. Em 1978, a convite do arquiteto Roberto Lacerda, retomei a colaboração com o antigo IPHAN, permanecendo durante aquele ano como seu representante local. Um outro desafio maior, no entanto, estava por vir. Convidado em 1979 pelo Professor Aloísio Magalhães para, em nome da SPHAN, coordenar um grupo de trabalho que, referenciando-se nas proposições de um Seminário ocorrido em abril do mesmo ano, buscasse, nas palavras do Dr. Governador Francelino Pereira dos Santos, uma "consolidação da cidade de Ouro Preto".

"Após três anos de trabalho e envolvimento de quase duas dezenas de instituições das áreas federal, estadual e municipal, a nossa Cidade-Monumento Mundial apresenta hoje uma perspectiva mais otimista no seu processo de preservação.

"As encostas geologicamente instáveis foram contidas; uma carta geotécnica dá as indicações precisas sobre as possibilidades de uso do solo; os caminhões pesados foram retirados do núcleo histórico; essências nativas plantadas nas encostas do entorno buscam a recomposição da paisagem e a estabilização do solo; uma equipe de obras urgentes, fornecendo mão-de-obra gratuita ao proprietário carente, restaurou uma centena de imóveis no núcleo histórico; as construções e reformas são diariamente fiscalizadas e o acompanhamento técnico na implantação de novos loteamentos nas áreas de expansão busca evitar acidentes como os de 1979.

"Estas ações, entretanto, só foram possíveis pela aproximação de instituições trabalhando em estreita colaboração, coordenadas na área federal pela SPHAN, e com o apoio da Universidade Federal de Ouro Preto, na pessoa do Reitor Antônio Fagundes de Sousa.

"A aceitação deste novo e grande desafio proposto pelo professor Aloísio Magalhães à direção regional da SPHAN em Minas Gerais só foi possível por acreditarmos que, a exemplo de Ouro Preto, esta articulação entre as mais diversas instituições em estreito e harmônico entendimento com as comunidades locais possa ser feita.

"Entidades federais como a EBTU, a SEPLAN/PR, a CEF, o GEIPOT, o CNDU, a EMBRATUR, o IBDF, o BNH, para citar algumas, há muito vêm trabalhando junto aos órgãos de cultura prestando inestimável apoio.

"Com o Governo Estadual buscaremos uma estreita convivência aprofundando cada vez mais o excelente relacionamento já existente com a Secretaria de Governo, através do IEPHA e da Coordenadoria de Cultura, com a SEPLAN, SUPAM, Fundação João Pinheiro, DER, PLAMBEL, CETEC, COPAM, IEF, PM, entre outras.

"No plano municipal é fundamental incentivar a participação da comunidade local no processo de preservação de seus valores. Nas palavras do professor Aloísio Magalhães "a própria comunidade é a melhor guardiã do seu

patrimônio. Com a inestimável ajuda do Clero acreditamos ser possível a revitalização das irmandades religiosas, instituições das mais representativas da nossa história".

"Para o atendimento à Lei que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, buscaremos a colaboração de órgãos federais, estaduais e municipais, bem como de instituições que tenham entre os seus objetivos específicos, o estudo e a defesa desses monumentos.

"Estas ações, em Minas Gerais, têm sido desenvolvidas pelo CETEC, pela UFMG, através do Museu de História Natural, pela Universidade Católica e pela UFOP, que possui a mais antiga sociedade espeleológica da América do Sul.

"Com a Presidência do CREA em Minas Gerais já foram estabelecidos primeiros contatos, no sentido de uma cooperação entre este Conselho e a SPHAN por intermédio de suas inspetorias e escritórios regionais. O frutuoso trabalho conjunto desenvolvido entre a UFOP e a SPHAN durante três anos leva-nos a buscar esta associação com outras universidades, em especial com a UFMG.

"É urgente a organização de um arquivo central com a documentação completa sobre os monumentos tombados nos 39 municípios mineiros, aproveitando-se o extenso material existente nos arquivos da SPHAN, da Fundação João Pinheiro, na Coordenadoria de Cultura e no IEPHA.

"Para o atendimento às situações emergenciais e às comunidades mais carentes de recursos técnicos e financeiros buscaremos organizar, juntamente com o IEPHA, uma equipe como a que hoje temos em Ouro Preto, para a realização de trabalho ágil, eficiente e de baixo custo.

"O desafio do difícil e controvertido problema da inserção da arquitetura contemporânea em áreas antigas deverá ser enfrentado em conjunto com o IEPHA, com a criação de um Conselho Consultivo, inter-disciplinar, que julgará os processos de novas edificações e desenvolverá estudos de tipologia das construções antigas cujos elementos fundamentais possam servir de base para novas soluções de projeto.

"No que se refere aos procedimentos legais a serem promovidos pela União em defesa do nosso patrimônio cultural, buscaremos uma perfeita interação com a Procuradoria da República em Minas Gerais, na pessoa do Dr. Antônio Amaro Filho, que, desde os tempos do Dr. Rodrigo não tem medido esforços neste trabalho conjunto.

"Como profundo conhecedor da arquitetura barroca foi o professor Roberto Lacerda solicitado a prestar a sua contribuição a todo país. Temos a certeza de que nele sempre teremos a assessoria do reconhecido técnico e o apoio incondicional do amigo.

"Agradeço ao Sr. Secretário da Cultura a confiança em mim depositada.

"Acredito na determinação de todos nós para a realização desta tarefa.

Muito obrigado".

IEPHA/MG: 10 ANOS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MINAS

Instituído sob forma de Fundação pelo Governo do Estado com a finalidade de exercer, no território de Minas Gerais, a proteção aos bens móveis e imóveis de propriedade pública ou particular, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG completou recentemente 10 anos de existência, comemorados com uma edição especial de seu boletim *Acervo*, no qual consta um balanço das atividades do órgão.

O IEPHA/MG é resultado das resoluções advindas dos Encontros de Governadores realizados em 1972 nas cidades de Salvador e Brasília, nos quais ficou decidida a criação de órgãos de proteção ao patrimônio no âmbito estadual. Concluídos os entendimentos no Governo Israel Pinheiro, o IEPHA/MG foi instalado durante o Governo Rondon Pacheco, que procurou dotar o órgão de uma infra-estrutura sólida, considerando a importância de Minas Gerais como o mais destacado pólo barroco do país.

Com atribuições e competências análogas ou complementares às da SPHAN, a nível federal, o IEPHA/MG é administrado por um Conselho Curador composto de 10 membros e respectivos suplentes, com mandato de dois anos, e um Diretor-Executivo, cargo exercido atualmente pelo arquiteto Galileu Reis.

Em editorial publicado na edição comemorativa do boletim *Acervo*, Galileu Reis ressalta o papel desempenhado pelo IEPHA/MG "com o objetivo de preservar a magnitude do significativo legado da cultura mineira". De acordo com o Diretor-Executivo, "ao longo da última década desejou-se com o trabalho do IEPHA/MG, não a solução de todas as mazelas decorrentes da deterioração física de monumentos ou conjuntos arquitetônicos, de peças mutiladas pelo tempo ou pela ação humana, mas uma orientação sólida e funcional para que a instituição pudesse alcançar esta realidade imprescindível à memória e à própria sobrevivência histórica de Minas". Por fim, assinala a contribuição à cultura nacional dada pelo Governo Federal, "cujos recursos do Programa de Cidades Históricas, através da SEPLAN/PR e SPHAN/prόMemória, somados aos do Estado, vêm permitindo a continuidade dos trabalhos assumidos pelo IEPHA/MG".

Com a criação de cinco programas prioritários de ação, cuja finalidade é a de agilizar o sistema de pesquisas e preservação do acervo histórico e artístico do Estado, o ano de 1980 assinala a expansão da nova estrutura orgânica do IEPHA/MG, com a dotação de maiores recursos financeiros e apoio para sua mobilização e a realização de suas finalidades. O trabalho de reestruturar e alargar as participações do órgão exigiu estudos e o envolvimento de



Arquivo SPHAN

Senhor Bom Jesus de Matosinhos.

fontes potenciais à captação de recursos financeiros, através de convênios, programas especiais, repasses da SPHAN/próMemória e da convocação e preparo de pessoa.

Através do Programa de Adequação de Meios, reduziram-se os custos das operações de pesquisa, projetos e de execução direta de obras. possibilitando ao IEPHA/MG assumir as atividades de programação, supervisão e fiscalização tanto de projetos como de obras contratados com profissionais autônomos e empresas especializadas, formando e ampliando o mercado de trabalho para um número maior de profissionais dessa área especializada.

Por outro lado, a reformulação dos métodos operacionais exigiram a atualização do quadro técnico de pessoal, compatibilizando-o com a política adotada pelo Governo do Estado e com as tendências do mercado de trabalho. A nova estrutura passou a apoiar-se sobre três Superintendências e uma Secretaria-Geral, subordinadas à Diretoria-Executiva. Atualmente, entre pessoal administrativo e técnicos as áreas de especialização necessários às atividades do órgão, o IEPHA/MG conta com 112 colaboradores.

Quarenta e um monumentos espalhados por diversos municípios mineiros já foram tombados até o momento pelo IEPHA/MG, entre os quais o Palácio da Liberdade, sede do Governo do Estado, em Belo Horizonte. O órgão adquiriu, entre outras, a casa de Guimarães Rosa, em Codisburgo, transformando-a em museu, e o Palacete Dantas, na capital mineira, que depois de restaurado será sede da Coordenadoria de Cultura.

Dentre as obras restauradas pelo órgão, destaca-se como a de maior importância histórico-artística o conjunto arquitetônico do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, que contou com a participação financeira do antigo IPHAN.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA BATE RECORDE DE VISITAÇÃO EM 1981

Uma das instituições culturais mais visitadas no país, o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (MG), recebeu 132.006 visitantes em 1981, 10.000 a mais do que em 1980. Esse e outros dados foram revelados por um demonstrativo organizado pela administração do Museu que, para isso, contou com o trabalho da recepção de anotar a procedência de todos os visitantes.

O Museu da Inconfidência foi visitado por turistas de todos os Estados e Territórios brasileiros; o maior número de visitações ficou por conta dos mineiros (31.318), seguidos dos paulistas (30.078), que antes mantinham-se à frente, e dos cariocas (29.315). Os meses de maior movimento foram julho (18.051 visitantes) e janeiro (14.389). Em relação aos turistas estrangeiros, verificou-se que os franceses passaram à frente dos argentinos em número de visitas. Alemães e americanos também sobressaem-se na lista de visitantes de 45 países do mundo, em 1981 (contra 42 em 1980). O total de turistas estrangeiros foi de 9.673 em 1981, contra 8.470 em 1980, sendo agosto e fevereiro os meses de maior movimentação, com 1.840 e 1.332 visitantes, respectivamente.

As atividades do Anexo do Museu, onde há um auditório funcionando como sala de conferências e cineclube, regularmente exibindo audiovisuais sobre o Museu e a cidade, ao lado de um ateliê de restauração e conservação de peças e de uma sala de exposições temporárias, vêm a consolidar o projeto da direção da instituição de transformá-la em centro dinâmico de produção e animação culturais. O Arquivo Cartorial de Ouro, a Biblioteca do Museu e outros serviços funcionam na Casa do Pilar, ligada à instituição, onde funciona também o Curso Museu-Escola, promovido pela Funarte, Museu da Inconfidência e Prefeitura de Ouro Preto, para cerca de 100 crianças da cidade. O projeto Museu-Escola tem como objetivo a valorização da criatividade infantil, a partir de experiências nos espaços culturais do próprio Museu e da cidade (SPHAN nº 13, pág. 12).

Instalado em palácio construído no final do século XVIII para ser a Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, o Museu da Inconfidência é um belo exemplo do neo-classicismo na arquitetura brasileira. A construção do palácio prolongou-se até fins da primeira metade do século passado. Desde então, até 1940, funcionou apenas como cadeia, quando o Estado cedeu o prédio ao Governo Federal para nele se instalar o Museu da Inconfidência, recebendo os despojos dos inconfidentes no sesquicentenário da morte de Tiradentes, em 1942.

As salas do primeiro pavimento apresentam ampla documentação sobre mobiliário, estatuária, sistema de iluminação, sistema de captação de água e construção no século XVIII, sistema de transportes da época (com carruagem, liteira e cadeirinhas de arruar), além do Panteão dos Inconfidentes, onde se encontram as cinzas dos principais conjurados de 1789, como Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, e os despojos de Marília e Bárbara Heliodora. Ainda no primeiro andar encontram-se peças da forca de Tiradentes, documentos por ele assinados, seu relógio de bolso, peças e projetos de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e os Volumes dos Autos da Devassa devolvidos à comunidade ouropretana, em 1980 (SPHAN nº 8, pág. 1).

No segundo pavimento, em seus amplos salões dedicados à velha Câmara de Vila Rica, acham-se alguns dos mais preciosos objetos da arte colonial e imperial. Telas de Manuel da Costa Ataíde, camas de jacarandá pertencentes aos bispos de Mariana, uma coleção de oratórios de talcita, imagens, armários, pratarias, estatuetas de marfim, recompondo para o visitante o fausto da sociedade mineradora do século XVIII.



Ma. de Lourdes Castro

Ouro Preto, Praça Tiradentes.

SPHAN 17
*pró*Memória

IGREJA DE MARIANA VAI SER TRANSFORMADA EM ESPAÇO CULTURAL

A Igreja de São Pedro dos Clérigos, em Mariana, vai ser transformada em espaço para espetáculos artísticos. A decisão, que conta com total apoio do Arcebispo daquela cidade mineira, D. Oscar de Oliveira, foi tomada durante reunião de trabalho entre o Prefeito Municipal de Mariana, Jadir Macedo, o Diretor Regional da SPHAN/próMemória para o Estado de Minas Gerais, Dimas Dario Guedes, o Coordenador de Cultura de Minas Gerais, Wílson Chaves, Mário Belfort, do Programa de Cidades Históricas da SEPLAN/MG, o arquiteto Mauro Cavalcante Marques, do IEPHA/MG, Beatriz Vasconcelos, Coordenadora do CECOR/UFMG, José Tomás Gama da Silva, do Programa de Preservação de Ouro Preto e Mariana – SPHAN/UFOP, e a arquiteta Lívia Romanelle, da 7ª DR da SPHAN/próMemória.

A sugestão de destinar o espaço da Igreja de São Pedro dos Clérigos, que nunca chegou a ser sagrada, para atividades culturais partiu do Coordenador de Cultura, Wílson Chaves, baseando-se em concordância anterior do Arcebispo de Mariana. A proposta contou com o apoio integral dos presentes à reunião.

A 7ª DR da SPHAN/próMemória ficou encarregada de providenciar estudos visando dar condição funcional à igreja; através de levantamento realizado, ficou constatado o precário estado de conservação dos telhados do templo. Segundo informou o Diretor Dimas Dario Guedes, as obras de recuperação dos telhados foram orçadas em Cr$ 10 milhões. No entanto, salientou que está em estudo uma alternativa mais barata: a Usiminas Mecânica analisa a possibilidade do uso de uma estrutura metálica em lugar da madeira do entelhamento. O trabalho de limpeza da área da igreja já foi executado.

Arquivo SPHAN



Porta tapavento da Sé.



Arquivo SPHAN

Balcão e caixa do órgão.

ZONEAMENTO

Durante a reunião de trabalho, a arquiteta Lívia Romanelle apresentou uma proposta de zoneamento para Mariana, envolvendo três áreas básicas, cada qual com critérios de intervenção a serem definidos. O zoneamento tem por objetivo uma preservação mais eficaz do centro histórico da cidade, ordenando o crescimento do seu entorno. A 7ª DR da SPHAN/próMemória propôs a criação de equipe para trabalhar no zoneamento, composta por um técnico do órgão, um representante da Prefeitura Municipal, da SUPAM/SEPLAN e um da Coordenadoria de Cultura.

O Prefeito Jadir Macedo abordou a necessidade de se resolver o problema de ordenação da cidade. Foi informado pelo Diretor Dimas Guedes sobre a existência de um convênio a ser assinado entre a Prefeitura de Mariana, a SPHAN/próMemória e a EBTU/GEIPOT, visando desenvolver um estudo de transporte urbano para a cidade.

SÉ DE MARIANA

As obras de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, a Sé de Mariana, encontram-se em fase de conclusão. Os elementos arquitetônicos estão sendo recuperados através de convênio entre o Programa de Cidades Históricas da SPHAN/próMemória e o IEPHA/MG; os elementos artísticos serão restaurados pelo CECOR/UFMG, com prioridade para a caixa do órgão que está sendo restaurado na Alemanha, sob o patrocínio do Governo do Estado, CEMIG e da Siemens.

Segundo informou o Diretor Dimas Dario Guedes, foi solicitado ao GEIPOT/MG um projeto específico para remanejar o tráfego de veículos nas proximidades da igreja, para preservar o bom funcionamento do órgão quando instalado, enquanto a CEMIG planeja mudar a fiação elétrica em torno da igreja para via subterrânea.

Dimas Guedes anunciou também a criação de uma comissão de avaliação de projetos composta por representantes da SPHAN/próMemória, IEPHA/MG, Coordenadoria de Cultura, Programa de Cidades Históricas da SEPLAN/MG e das Prefeituras das Cidades históricas de Minas Gerais. Esse grupo terá a responsabilidade de analisar e aprovar projetos a serem executados nesses locais.

Arquivo SPHAN



Sé de Mariana.

SEMINÁRIO VAI DEBATER O PATRIMÔNIO DE SÃO CRISTÓVÃO, EM SERGIPE

Numa promoção da Secretaria da Cultura do MEC, através da SPHAN/pró-Memória, do Governo do Estado de Sergipe, por intermédio da Empresa Sergipana de Turismo da Secretaria da Indústria e Comércio, e da Prefeitura Municipal de São Cristóvão, será realizado, de 4 a 7 de maio próximo, o Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da Cidade de São Cristóvão. O encontro tem por finalidade analisar, com a comunidade, as propostas do Plano Urbanístico de São Cristóvão, com ênfase nos seguintes aspectos: base econômica para o desenvolviment e a preservação, desenvolvimento e preservação urbana (expansão urbana, zoneamento, sistema viário, saneamento básico e infra-estrutura, lazer e espaços verdes, preservação e valorização do patrimônio cultural e reestruturação administrativa da Prefeitura), e anteprojeto de código de urbanismo e obras para São Cristóvão. O objetivo dessa análise é realizar uma revisão aprofundada das proposições do Plano de modo a possibilitar a sua execução.

Primeiro núcleo de povoação e primitiva capital da Província de Sergipe, São Cristóvão teve o seu acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico elevado à categoria de Monumento Histórico pelo Decreto-lei Estadual nº 94, de 22 de junho de 1938. Em 1º de janeiro de 1590, Cristóvão de Barros obtém sua primeira vitória contra os índios aliados dos franceses, na várzea do Vaza Barris. O conquistador funda, pouco depois, uma povoação que deu o nome de seu santo onomástico, dando início à colonização da Capitania de Sergipe d'El Rei.

Com a invasão holandesa da Capitania de Sergipe, São Cristóvão é ocupada. Esta ocupação durou de 1637 a 1645, com vários incidentes entre os invasores e as tropas luso-brasileiras. Durante o século XVIII, São Cristóvão é invadida em duas oportunidades: a primeira, 1710, pelos habitantes de Vila Nova, revoltados pela cobrança de tributos para a Coroa, e a segunda, em 1763, por negros aliados aos índios, em resposta às perseguições que sofriam.

Arquivo SPHAN



No início do século XIX, o Município possuía 6400 habitantes e tinha em funcionamento 10 engenhos de açúcar. A atual cidade de São Cristóvão, que data do início do século XVII, desenvolveu-se segundo o padrão português de cidade em dois níveis. Sobre a acrópole foi instalada a sede do poder civil e religioso, na "cidade baixa", o cais e a população mais pobre, como em Lisboa e no Porto.

São Cristóvão reúne um acervo cultural dos mais expressivos em termos regionais, com dois soberbos conventos - São Francisco e Carmo - e edifícios públicos da importância do Palácio e da Assembléia Provincial. O espaço entre estes marcos arquitetônicos foi preenchido por um conjunto harmonioso de pequenos sobrados e casas térreas.

No final da primeira metade do século XIX, surge um movimento liderado pelos donos de engenho do Vale do Cotinguiba de transferir a capital da Província para outro local. A indústria açucareira exigia um porto capaz de receber as novas embarcações de longo curso. Laranjeiras, com seu porto de pequeno calado, também não atendia às necessidades da agroindústria, o mesmo ocorrendo com Estância, Maruim e Porto da Redes. A única solução possível era a criação de um novo porto. Aracaju arrebata, deste modo, em 1855, a sede do Governo Provincial. Para uma cidade fundamentalmente administrativa como São Cristóvão, nada poderia ser tão desastroso que a mudança da capital. O processo de decadência da cidade se prolonga até a primeira década deste século.

A partir de então, o Munícipio, de férteis terras baixas, experimenta um novo surto de progresso com a chegada em 1913 e 1920, respectivamente, dos trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, e da rodovia, ligando aquela cidade a Aracaju e outras capitais do Nordeste. Instalam-se na cidade uma fábrica de tecido e duas modernas usinas de açúcar. Em 1941, inaugura-se nova tecelagem, ocupando 1200 pessoas. A concorrência das fábricas maiores do Centro-Sul e a fuga de mão-de-obra em conseqüência do processo metropolizador de Aracaju levou a indústria de São Cristóvão a um verdadeiro colapso nas últimas duas décadas.

FUNARTE EXPÕE ARTISTA QUE TEM OBRA NA UNESCO

O artista plástico brasileiro Sigi Tempel fará uma exposição de suas obras na Galeria Rodrigo Mello Franco de Andrade, do Museu Nacional de Belas Artes, órgão situado no Rio de Janeiro e ligado à Fundação Nacional de Arte – FUNARTE da Secretaria da Cultura do MEC. A exposição está marcada para o período de 13 a 31 de maio próximo.

Radicado em São Paulo, Sigi Tempel é o único pintor do país a ter uma obra exposta na coleção de arte da UNESCO, em sua sede em Paris. A entidade internacional adquiriu o quadro quando da exposição do artista, no MASP, em São Paulo, ano passado. O quadro tem o nome de *Éfeta – Abra-te*, e foi criado como uma homenagem aos surdos-mudos do mundo inteiro, como contribuição do artista ao ano internacional do deficiente físico. Antes da entrega do quadro à UNESCO, Sigi Tempel esteve em Nova York, onde a obra foi exposta nas Nações Unidas durante dois dias e apreciada pela maioria dos delegados credenciados naquele órgão internacional.

INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE LANÇA CONCURSO SÍLVIO ROMERO – 1982

O Instituto Nacional do Folclore, da Fundação Nacional de Arte – FUNARTE, realiza anualmente o Concurso Sílvio Romero, que este ano premiará com Cr$ 200.000,00 a melhor monografia escrita sobre folclore brasileiro. Além do prêmio, que é único e indivisível, a monografia vencedora terá sua publicação garantida, através do Instituto Nacional do Folclore, estando os direitos autorais da primeira edição incluídos no valor do prêmio. Serão atribuídas, ainda, três menções honrosas, cujas monografias classificadas poderão ser publicadas pelo Instituto, tendo como pagamento dos direitos autorais da primeira edição a entrega a seus autores de 300 exemplares.

As monografias concorrentes devem ter por objeto temas do folclore brasileiro, como: literatura oral, magia,



Arquivo SPHAN

crendices, superstições, tabus, religiões populares, medicina popular, música, dança, folguedo, artesanato, teatro popular, linguagem popular e outras manifestações. De acordo com o regulamento do Concurso, só serão considerados trabalhos de caráter monográfico aqueles inéditos, de pesquisa realizada segundo metodologia científica e que não tenham recebido qualquer financiamento, nem constituam teses defendidas ou em andamento.

Os concorrentes ao Prêmio Sílvio Romero deverão ser brasileiros natos ou naturalizados. Os trabalhos apresentados poderão ser feitos individualmente ou em equipe, porém cada autor ou equipe só poderá concorrer com uma monografia. Os originais deverão ser entregues ao Instituto Nacional do Folclore, Rua do Catete, 179 – Rio de Janeiro – CEP 22.220, até o dia 15 de junho de 1982. Informações detalhadas sobre o regulamento do Concurso Sílvio Romero – 1982 devem ser obtidas no mesmo endereço.

Pelas disposições gerais do Concurso, só serão divulgados os nomes dos contemplados com o prêmio e menções honrosas. O Prêmio Sílvio Romero – 1982 e os certificados de Menção Honrosa serão entregues durante as comemorações do Dia do Folclore, 22 de agosto.

NO RIO, MUSEU DIVULGA A HISTÓRIA FAZENDÁRIA DO PAÍS

A Portaria nº 75 do então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, publicada no Diário Oficial da União em 1º de abril de 1970, criou um museu no Ministério da Fazenda. Inicialmente subordinado à Secretaria da Receita Federal, o Museu da Fazenda Federal está hoje vinculado à Delegacia do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

Criado com a finalidade de recolher, classificar, catalogar e expor ao público documentos, móveis, máquinas, aparelhos, objetos e outras peças de importância histórica existentes nos órgãos do Ministério da Fazenda e ligados à administração fazendária, a iniciativa tornou-se um instrumento poderoso de divulgação do processo de evolução tributária, oferecendo documentos para estudos e pesquisas. Atualmente, o museu dispõe de sala de leitura e coleções de livros e revistas para consultas.

As atividades do Museu da Fazenda Federal concentram-se em duas linhas fundamentais: 1ª – levantamento constante e pesquisa para formação



Rubrica do Witte. São 5

Ficão neſta Caſa da Adminiſtração Geral dos Diamantes Cinco Oitavas ——— de ouro de conta do Senhor Manoel Nato Fr Candeloro ——— que ſe lhe pagará, ou a quem eſte apreſentar. Tejuco 31 de Dezembro de 1773

N.º 982

Bilhete da Casa da Administração Geral dos Diamantes em 1773 - Tejuco, Minas Gerais (atual Diamantina).

do acervo; e 2ª – realização de exposições, especializadas ou não, conferências, debates e outras iniciativas.

Obedecendo a uma cuidadosa programação, onde se leva em conta os enfoques do Ministério da Fazenda em cada momento histórico, o museu desempenha papel preponderantemente didático, divulgando a história fazendária nacional.

Segundo os seus responsáveis, uma das mais importantes funções do Museu da Fazenda Federal é educar. "Já não se admite hoje um museu

Arquivo O Globo



Móveis que pertenceram a antigos gabinetes de Ministros da Fazenda.

estático, uma instituição que mais se aproximaria do arquivo. Suas atividades, dinâmicas, propõem-se a fornecer um encadeamento de informações objetivas e estimulantes que recompensem o visitante e dêem sentido útil e proveitoso ao tempo despendido". O museu recebe constantes visitas de alunos de primeiro e segundo graus, sempre acompanhados de seus professores, bem como de universitários, excursionistas e visitantes em geral.

As coleções do museu são formadas por doações, permutas, compras e coletas. Dentre elas, destacam-se: *Escravo*, *Comércio Exterior*, *Imposto de Renda*, *Dívida Externa*, *Sistema Monetário*, *Administração Geral*, *Ministros*, *Pinacoteca* (trabalhos artísticos realizados por funcionários do Ministério da Fazenda), *Mobiliário* e *Audiovisual*.

O Museu da Fazenda Federal conta com o apoio técnico da gráfica da Delegacia do Ministério da Fazenda no Rio para a impressão de catálogos, livros e do folheto *Recado*, informativo editado quatro vezes por ano que contém dados de interesse histórico-fazendário.

Através das exposições o museu exibe o que possui e faz. "A montagem de cada uma reveste-se de grande responsabilidade, exigindo a observância de uma série de normas e procedimentos técnicos e estéticos, sem o que a qualidade da mostra pode ser prejudicada", diz a direção do museu. Durante esses 12 anos de atividades, o museu gradativamente absorveu o *know-how* de montagem de exposições e apresentou com sucesso diversas mostras montadas no próprio museu, no saguão principal do Ministério da Fazenda no Rio e na Inspetoria do Porto do Rio de Janeiro. Foram as seguintes as exposições: *O Desenvolvimento da Administração Tributária no Brasil; O Imposto de Renda 1922 – 1972; Museu de Arte Didática; Palácio da Fazenda 1943 – 1973; Comércio Exterior; O Erário e seus Homens Públicos; O Escravo: Três Séculos de Renda; Artistas e Escritores Fazendários I, II e III Expo; Contribuinte do Futuro – 1975, 76, 77 e 78; O Desenvolvimento Através do Imposto; Edifícios Fazendários nos Estados; Não Desperdice Material; e Independência ou Morte.*

PADRE DESCOBRE MÚSICA INÉDITA DE DOM PEDRO I

O repertório da música sacra brasileira ganhou em março um novo título: *Sub Tuum Presidium*, antífona litúrgica de autoria do Imperador Pedro I descoberta pelo Monsenhor Guilherme Schubert, músico e arquivista do Cabido Metropolitano da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A composição, de mais de 150 anos, foi descoberta relativamente bem conservada quando o padre examinava as partituras do arquivo do Cabido Metropolitano, nas dependências da Catedral.

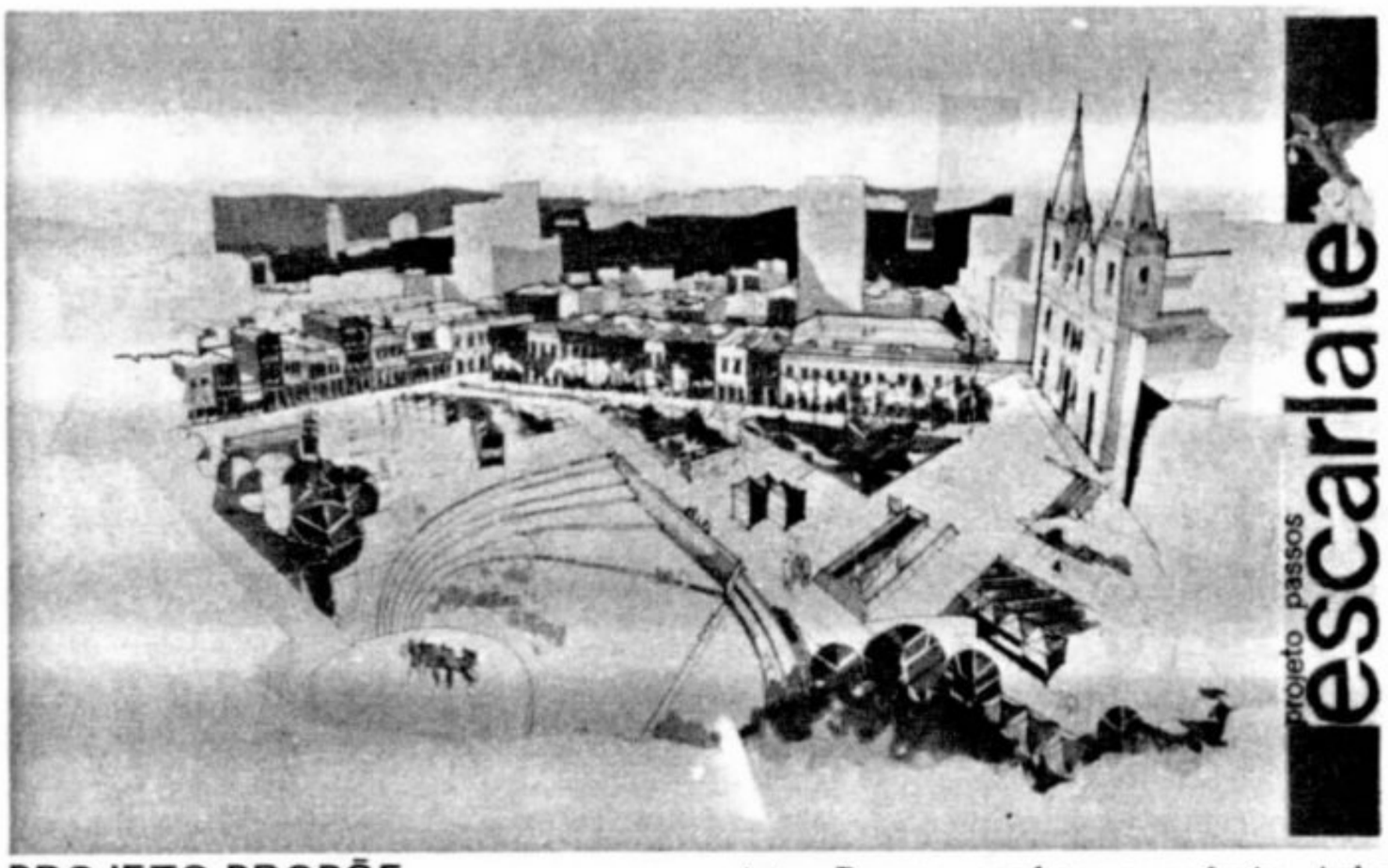
Além desta peça, composta em honra de Nossa Senhora, mais três, músicas sacras de Dom Pedro I, escritas de seu próprio punho e guardadas no arquivo do Cabido Metropolitano, são conhecidas: *Credo do Imperador* (Credo, Sanctus, Benedictus e Agnus Deis), *Te Deum* e o *Moteto a São Pedro de Alcântara*, padroeiro da Família Real.

A nova música sacra do autor do Hino da Independência não chegou a ser conhecida porque ditava no mesmo livro que o *Moteto a São Pedro de Alcântara* e pensava-se que seria um arremate desse moteto. A música não tem qualquer indicação de página, nem título, que ficou sendo a seqüência das palavras com que começa: *Subtuum presidium confugimus, Sancta Dei Genetrix* (À tua proteção nos confiamos, Santa Mãe de Deus).

A única particularidade que chama a atenção para a partitura agora descoberta é a indicação dos instrumentos e vozes que entram na sua execução, que em peças escritas à mão, como se fazia no Brasil até meados do século passado, só era feita na primeira página.

A maior prova de que se trata de uma composição da autoria de Dom Pedro I está na própria letra, igual à das cartas do Imperador, e no desenho de um pequeno arco por cima da palavra *Finis* (fim) com que o autor, ao terminar sua obra, quis escrever também a primeira letra do seu nome.

Até 1957, o que se conhecia da produção musical de Dom Pedro I limitava-se à *Abertura* chamada da *Independência*, música que Rossini executou em Paris em 1840, e a vários Hinos, entre os quais o da Independência (além de um responsório e peças menores). Ainda em 1957, Renê Brighenti descobriu o *Credo*, parte integrante de uma Missa somente identificada em 1972 por Cleophe Person de Mattos. Em 1965, foi descoberto o *Te Deum* que se encontrava nos arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.



PROJETO PROPÕE REABILITAÇÃO DE ÁREA CENTRAL, NO RIO

Um projeto arquitetônico para reabilitar o espaço deixado pela antiga Academia Imperial de Belas Artes, no Centro do Rio de Janeiro, e ruas à sua volta – Avenida Passos, Beco do Tesouro, Rua Gonçalves Ledo, Travessa Belas Artes, Rua Buenos Aires e Rua Imperatriz, – encontra-se em exposição no Espaço Alternativo da FUNARTE, em sua primeira mostra no Brasil desde que foi premiado, em Varsóvia, no 14º Congresso Mundial de Arquitetura, ano passado (SPHAN nº 11, pág. 4).

Elaborado por um grupo de jovens arquitetos, então estudantes da Universidade Santa Úrsula, o Projeto Passos recebeu o prêmio Agha Khan de Arquitetura, sendo um entre os 20 trabalhos de reabilitação de área urbana escolhidos pela União Internacional de Arquitetos, promotora do Congresso. Agora, exposto integralmente na FUNARTE, incluindo painéis, plantas, croquis de época, fotografias e audiovisuais, ele dá a seus idealizadores a esperança de vê-lo executado pela Secretaria Municipal de Obras, que aprovou a sugestão do grupo e prometeu estudar sua viabilidade.

O concurso realizado em Varsóvia era aberto a estudantes de arquitetura do mundo inteiro e, de acordo com a história da cidade de Varsóvia, que foi construída parcialmente depois de destruída na Segunda Guerra, propunha o tema da reabilitação de um espaço urbano degradado.

"Escolhemos, em primeiro lugar, o quarteirão da antiga Academia Imperial de Belas Artes, na Avenida Passos, por motivos sentimentais mesmo", conta Carlos Calafate, um dos autores do projeto. "Eu e meus companheiros – prossegue – passávamos com freqüência naquele trecho e gostávamos de observar a beleza daquela arquitetura eclética, nem colonial nem neoclássica que, durante algum tempo, foi marginalizada por não ser considerada um exemplo puro de arquitetura. Daí, partimos para a pesquisa histórica do local e confirmamos nossa escolha ao sabermos que ali existira de 1826 a 1937 a Academia Imperial de Belas Artes, edifício neoclássico projetado por Grandjean de Montigny, da Missão Artística Francesa, recém-chegada ao Brasil. Juntamos o passado histórico com a realidade atual daquele quarteirão, povoado por pessoas de diversas camadas sociais, vivendo integradas pelo comércio, e começamos a elaborar o projeto".

O Projeto Passos prevê a construção de um anfiteatro e uma programação visual nova para o piso local, entre outras especificações que tornariam o quarteirão uma área de intenso convívio cultural. O que hoje é um quarteirão demolido, com estacionamentos, a Igreja do Sacramento e um casario de arquitetura eclética, passará – caso a Secretaria Municipal de Obras o coloque em prática – por profundas modificações: algumas ruas seriam fechadas, para pedestres, e a Avenida Passos seria rebaixada.

ASSOCIAÇÃO BAIANA DE IMPRENSA RECEBE QUADRO DE RUI BARBOSA

Em ato que contou com a participação de membros da Associação Baiana de Imprensa – ABI, o Secretário da Cultura do MEC e Presidente da Fundação Nacional próMemória, Aloísio Magalhães, procedeu à devolução àquela entidade do quadro de Rui Barbosa pintado no início deste século e que era propriedade de uma família de Salvador. A Fundação próMemória adquiriu-o e providenciou a sua restauração, através da 5ª Diretoria Regional, responsável pelos Estados da Bahia e Sergipe. O ato de devolução foi realizado na sede da ABI, no dia 23 de março passado.

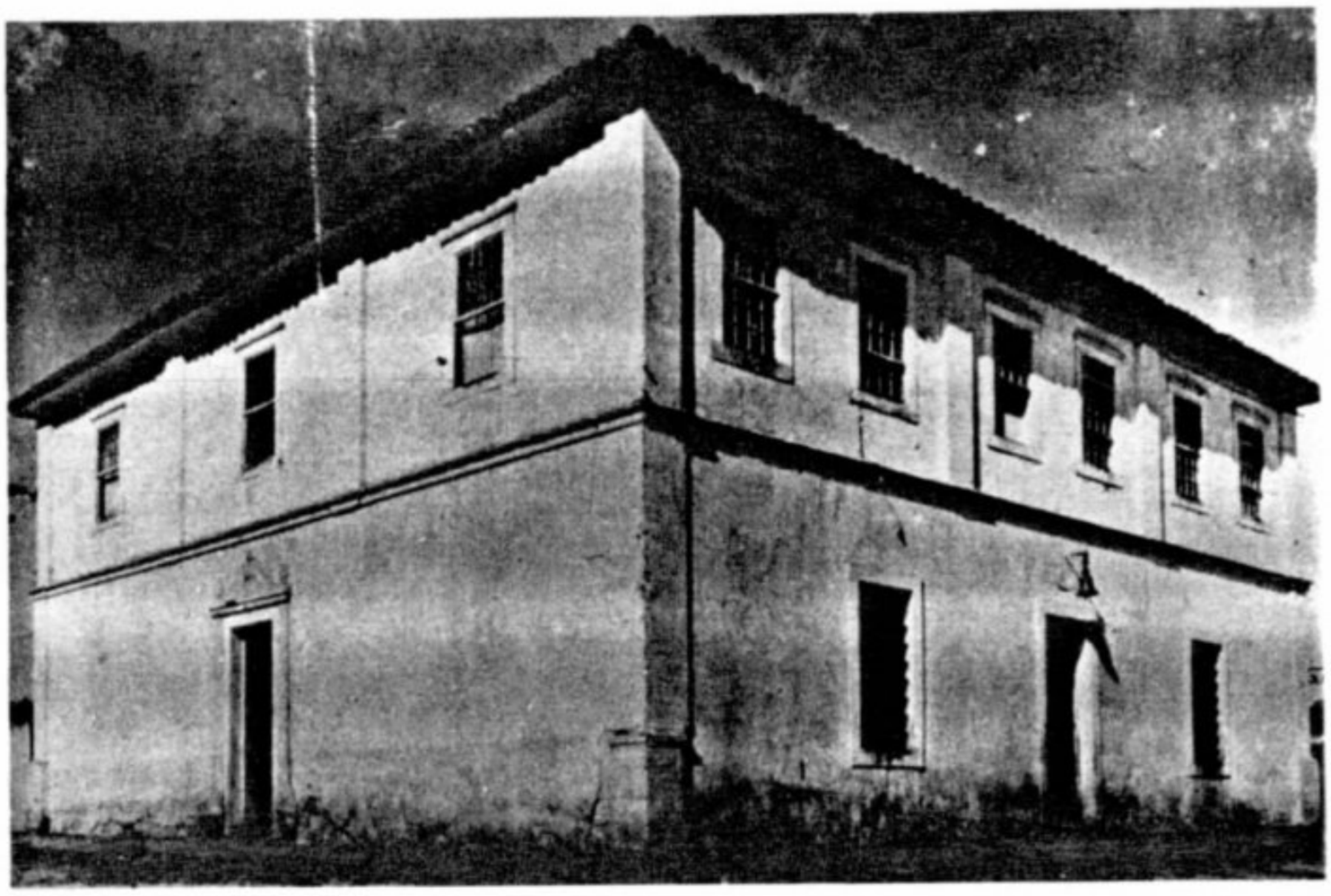


COMUNIDADE DA LAPA(PR) RECEBE CASA DE CÂMARA E CADEIA RESTAURADA

A SPHAN/próMemória, através da 9ª Diretoria Regional (São Paulo e Paraná), concluiu as obras de restauração e conservação da Casa de Câmara e Cadeia da cidade da Lapa (PR). A solenidade de entrega da Casa à comunidade, em fevereiro passado, coincidiu com a comemoração do 88º aniversário do Cerco da Lapa, data em que se comemora a resistência da cidade às tropas federalistas, durante a Revolução de 1893/94.

O edifício da antiga Câmara e Cadeia vai abrigar parte da "Coleção David Carneiro", tombada pela SPHAN, referente à cidade da Lapa e à Revolução de 93/94. Nesse sentido, foi assinado recentemente um Protocolo de Intenções entre a SPHAN/pró-Memória, o Governo do Estado do Paraná - Coordenadoria do Patrimônio Cultural, a Prefeitura da Lapa e o professor David Carneiro. Na ocasião da solenidade de entrega das obras de restauração, foi inaugurada nas dependências da Casa uma exposição organizada pela SPHAN/próMemória alusiva à Revolução Federalista e ao Cerco da Lapa, assim como ao processo de formação e desenvolvimento da cidade e seus principais edifícios. A mostra reúne ainda informações e documentação fotográfica sobre os serviços técnicos de restauração e conservação, executados em favor dos bens culturais.

As obras realizadas na Casa de Câmara e Cadeia integram o programa de trabalho, há tempo implantado na cidade, em benefício de seu significativo acervo arquitetônico e que deverá ter continuidade. Em janeiro, foram iniciados os serviços de restauração da "Casa Vermelha", destinada às instalações do Centro de Artesanato local, de acordo com o convênio firmado entre a SPHAN/próMemória, o Governo do Estado, através da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura e Esporte e a Prefeitura Municipal da Lapa. As obras de consolidação da "Casa do Coronel Joaquim Lacerda", recentemente doada por seus proprietários à SPHAN/próMemória (SPHAN nº 16, pág. 15), deverão ter início em breve, uma vez que já estão assegurados os recursos financeiros.



Arquivo SPHAN

PATRIMÔNIO, TEMA DE ENCONTROS NA ARGENTINA E HUNGRIA

Sob o patrocínio da Sociedade de Arquitetos de Salta, será realizado naquela cidade argentina, de 20 a 24 de setembro próximo, o Primeiro Congresso Nacional de Preservação do Patrimônio Urbano-Arquitetônico e Seminário de Especialistas Americanos em Restauração. O encontro estava previsto para o período de 24 a 27 de maio, mas problemas econômicos que atingem o país obrigaram a Sociedade de Arquitetos de Salta a transferir o Congresso para o mês de setembro.

Será realizado de 22 a 27 de junho próximo, em Budapest, o Colóquio sob o tema "Os Monumentos Históricos nos Últimos 100 Anos", uma promoção conjunta do Comitê Nacional Húngaro do Icomos, a Intendência de Monumentos Históricos da Hungria e o Conselho do Comitat Bács-Kiskun. As línguas do encontro serão o inglês, o francês e o húngaro.



Ma. de Lourdes Castro

EM FASE DE CONCLUSÃO, AS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO QUARTEL DE GOIÁS

A segunda etapa de restauração do Quartel do XXº Batalhão de Infantaria, na Cidade de Goiás, deverá estar concluída até meados de junho próximo. O plano de restauração, elaborado pela 8a. Diretoria Regional da SPHAN/próMemória e pela SUPLAN – Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento do Governo do Estado de Goiás, que também é a entidade executora do projeto, conta com recursos financeiros de Programa de Cidades Históricas, no valor de Cr$ 6.900.000,00.

Depois de concluídas as obras, a manutenção e conservação do prédio ficarão sob a responsabilidade da Prefeitura de Goiás e da SPHAN/próMemória. Parte do edifício será ocupada pela SPHAN, abrigando o escritório de representação da 8a.DR, o Centro Regional de Restauração de Bens Móveis e salões para uso da comunidade, onde serão realizadas exposições, palestras e projeções de filmes e audiovisuais. A outra parte será destinada às atividades do Tiro de Guerra de Goiás e à Delegacia Regional de Alistamento Militar.

A bibliografia e os documentos consultados na elaboração do histórico do projeto de restauração do Quartel não apresentavam referências suficientes quanto à localização e origem dos edifícios que abrigaram o contigente militar instalado em Vila Boa de Goiás, desde antes do 1º Império, embora tratassem com detalhes da formação das tropas, dos pagamentos e ações do Governos das Províncias. O 2º Batalhão de Caçadores, criado em Goiás em 1865 e que prosseguiu como 20º Batalhão de Infantaria até 1908, instalou-se no edifício da Praça do Chafariz, de acordo com relatório do Ministério da Guerra referente aos anos de 1876/1884. Em 1950, o prédio foi arrendado para hotel; nesse mesmo ano, a 31 de julho, foi inscrito no Livro do Tombo Histórico pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. Funcionou até 1976 como hospital, sendo desocupado por causa da construção de uma nova Unidade Sanitária nos arredores da cidade. O Quartel do 20º B.I., propriedade do Patrimônio da União, faz parte do conjunto arquitetônico do Largo do Chafariz, onde se destacam ainda a Casa de Câmara e Cadeia, o Chafariz da Boa Morte, o Colégio Sant'Ana e diversas residências antigas.

Em 1977, o prédio encontrava-se em péssimo estado de conservação; sua ala esquerda e cômodos da fachada posterior, que não vinham sendo utilizados, tinham suas paredes ameaçadas de ruir devido à infiltração das águas pluviais pelos telhados e embasamentos. A fachada principal apresentava-se com alguns elementos arquitetônicos característicos do século XIX e, devido às fortes chuvas, viu desabar trecho da platibanda do pavimento térreo. Obras de emergência, como a demolição do trecho restante, que também ameaçava ruir e a construção de um beiral em caráter provisório, foram executadas logo a seguir. Mais tarde, foram totalmente restaurados os telhados e o beiral de telhas canal, até então provisório, retornou definitivamente. A antiga composição surgia, com ampla aceitação pela comunidade que descobria, através de fotos antigas, detalhes arquitetônicos do antigo Quartel reproduzidos com sensível apuro.

À essa primeira etapa de obras, realizada pelo Governo do Estado, seguiu-se a atual, iniciado em 1980, que atendeu à restauração das seguintes áreas: saguão de entrada, circulação dos avarandados, fachada lateral esquerda, fachada posterior e, em fase de acabamento, a ala lateral esquerda, a ala posterior e o agenciamento do pátio interno. Até julho, o Quartel do 20º B.I. deverá ser devolvido à comunidade de Goiás, totalmente restaurado.



Arquivo SPHAN

UNESCO PREPARA EXPOSIÇÃO SOBRE ECOLOGIA

Em 1982 se comemora o décimo aniversário da Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. Para chamar novamente a atenção sobre a necessidade de utilizar inteligentemente nosso ambiente, a UNESCO preparou uma exposição chamada "Ecologia em Ação", que consiste em 36 painéis, de 80 x 120 cm, impressos em todas as cores, que abarcam os seguintes temas: a investigação para planejar a utilização da terra; os bosques tropicais (um recurso rico, mas frágil); o aproveitamento das terras desérticas e em particular as zonas áridas, semi-áridas, frias ou montanhosas; as cidades estudadas como sistemas ecológicos; e os diferentes problemas que suscita a conservação.

A exposição, reproduzida em várias centenas de exemplares, em espanhol, inglês e francês, já foi solicitada à UNESCO pela SPHAN/próMemória e será enviada a todas as Diretorias Regionais e órgãos estaduais e municipais interessados.

RESTAURADO, O TEATRO DE PIRENÓPOLIS É DEVOLVIDO À COMUNIDADE

Com uma grande festa, que mobilizou toda a comunidade, foi reaberto, no dia 23 de março passado, o Teatro de Pirenópolis, prédio construído em 1899 e restaurado pela Fundação Cultural do Estado de Goiás, sob a supervisão da SPHAN/próMemória, através da 8ª Diretoria Regional. A reinauguração da casa de espetáculos contou com a presença de representantes da SPHAN/próMemória e de autoridades do Governo de Goiás, além da população de Pirenópolis e arredores. A programação foi aberta pela Banda Phenix que executou a *Marcha da Beleza*, composição religiosa de autor desconhecido. Prosseguiu com a apresentação do grupo folclórico As Pastorinhas, uma ária pelos cantores de ópera Braz e Séfora e um monólogo sobre a arte de representar pelo diretor de teatro B. de Paiva. Finalmente, numa homenagem à velha guarda, um conjunto de serestas encerrou o programa de festividades.

As obras de restauração obedeceram às características arquitetônicas originais da construção erigida por Sebastião Pompeu de Pina, homem rico da cidade e ligado a atividades culturais. Trata-se do segundo teatro instalado em Pirenópolis; o primeiro, construído em 1860 por Manoel Barbo de Siqueira, ruiu em data desconhecida. Único exemplar deste tipo de edificação no Estado, o Teatro de Pirenópolis, apesar de sua estrutura original, sofreu, ao longo dos anos, alterações em seu interior, chegando a abrigar uma serraria e casa de comércio em geral. Os camarotes foram transformados em residências dos comerciantes e o salão em depósito de mercadorias. Da construção interna original apenas parte do assoalho e do guarda-corpo que delimita os camarotes do pavimento superior encontravam-se intactos, à época do início das obras de recuperação. O local chegou a ser ocupado por um bar, uma garagem e um armarinho, que, apesar de mascararem sua função, garantiram de certo modo a estabilidade e a conservação do teatro (SPHAN nº 11, pág. 18).

Em 1979, alertada sobre a importância do teatro para a comunidade local, a Fundação Cultural do Estado de Goiás adquiriu o prédio, até então em mãos de particulares. Em janeiro daquele ano, a Sociedade Grupo Meia Ponte de Pesquisa e Atuação Sócio-Cultural havia proposto a compra e restauração do imóvel, a fim de possibilitar a criação de um espaço para os grupos teatrais existentes em Pirenópolis. A importância da reabertura do teatro está no fato de se poder reativar esse espaço cultural na cidade, que, durante o Ciclo do Ouro em Goiás, até a década de 40, ocupou lugar de destaque nas atividades artísticas em todo o país.

O Teatro de Pirenópolis comporta um vestíbulo, platéia e duas galerias com 204 lugares, um palco de 87 m², camarotes laterais, um camarote oficial com 24 poltronas, mesa de iluminação com 20 canais, cinco refletores de 1000 W e 10 de 500 W, além de camarins.



Arquivo SPHAN

ABERTAS INSCRIÇÕES PARA PRÊMIOS LITERÁRIOS DO INL

Estarão abertas até 31 de maio próximo as inscrições para os Prêmios Literários Nacionais do Instituto Nacional do Livro – INL, que este ano serão concedidos aos gêneros Biografia e Romance. São quatro os prêmios, cada um no valor de Cr$ 200 mil, e serão concedidos a dois autores inéditos e a dois já publicados.

Os Prêmios Literários Nacionais do INL dividem-se em três grupos: Poesia e Conto, Biografia e Romance, História e Ensaio Literário, concedidos anual e alternadamente. Entre os ganhadores de 1980 destacaram-se José Honório Rodrigues, que recebeu o Prêmio INL de História com o seu trabalho *História da História do Brasil*, e José Guilherme Merquior, agraciado com o Prêmio INL de Ensaio Literário pelo seu *O Fantasma Romântico*, uma análise crítica do Romantismo.

Ano passado foram concedidos os prêmios de Poesia e Conta. Os de Poesia foram outorgados aos poetas Ivan Junqueira (obra publicada) pelo seu livro *A Rainha Arcaica*, e Cláudio Murilo Leal (obra inédita) pelos seus poemas reunidos no livro *Caderno de Proust*. Os do gênero Conto foram concedidos a João Gilberto Noll (obra publicada: *O Cego e a Dançarina*) e Haroldo Maranhão (obra inédita: *As Peles Frias*).

Também até o dia 31 de maio estarão abertas as inscrições para o Prêmio de Biblioteconomia e Documentação que o INL concede anualmente. Em 1981 o Prêmio coube a Zita Catarina Prates de Oliveira, de Porto Alegre, com o livro *O Bibliotecário e a sua Auto-Imagem Profissional*. O valor do prêmio foi aumentado; o vencedor deste ano receberá Cr$ 150 mil.

SPHAN 17
próMemória

SÃO PAULO INSTITUI 1982 COMO O ANO DO MUNICIPALISMO

Com o objetivo de comemorar a fundação, em 1532, dos dois primeiros municípios brasileiros, as Vilas de São Vicente e de Piratininga, hoje cidade de São Paulo, a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, acolhendo sugestão da Academia Paulistana da História, instituiu o ano de 1982 como o Ano do Municipalismo. As festividades ocorrerão no transcorrer do ano e contarão com a participação dos órgãos da administração direta e indireta do Estado, dos demais poderes estaduais e municipais, de entidades universitárias, culturais, empresariais e da comunidade.

A 22 de janeiro de 1532 Martim Afonso de Souza, então com 32 anos (nascera exatamente no ano do descobrimento do Brasil) desembarcou na Ilha de São Vicente, com ordens escritas de Dom João III de iniciar na Província de Santa Cruz (seu nome oficial, pois vulgarmente era denominada Brasil) uma efetiva política de povoamento e civilização. Para tanto seria necessário um reconhecimento do interior da nova terra. E Martim Afonso tentara no ano anterior esse reconhecimento, enviando, a 1º de setembro de 1531, uma expedição que se tornaria a primeira Bandeira na nossa História: partindo de Cananéia e chefiada por Pero Lobo, compunha-se de 80 homens, sendo 40 espingardeiros e 40 besteiros. Deveriam regressar dentro de 10 meses. Um mês após, Martim Afonso de Souza deixou Cananéia com sua esquadra em direção à foz do Rio da Prata. Sua nau capitânia naufragou e ele chegou à terra agarrado a uma tábua. Logo após, a nau de seu irmão, Pero Lopes de Sousa, naufragou em frente ao estuário do Prata durante uma tempestade.

Martim Afonso de Sousa desembarcou com sua gente restante, umas 400 pessoas, na Ilha de São Vicente, ficando ancoradas ao largo as três naus que sobraram. Ali, fundou a primeira vila da América Portuguesa: São Vicente. Fundar uma vila significava instalar o seu Conselho, um colegiado eleito pelos próprios moradores, segundo a Ordenação do Reino. Surgia, assim, na Província de Santa Cruz, a primeira instituição política: a Câmara Municipal, também denominada República Municipal, e que tivera origem na Idade Média.

Em junho de 1532, ao vencer o prazo de 10 meses para o regresso da Bandeira de Pero Lobo, Martim Afonso de Sousa considerou-a como perdida, chegando à conclusão de que a penetração do grande sertão interior exigia uma base de operações, que seria uma vila onde se formassem sertanistas, à maneira da Escola de Sagres. Essa, a idéia-força que provavelmente levou Martim Afonso a subir ao planalto e fundar a Vila de Piratininga, hoje a cidade de São Paulo.

Essa fundação deve ter-se dado no dia 10 de outubro de 1532, data em que documentos revelam que ele estava no planalto e assinara uma sesmaria. Surgia assim a República Municipal de Piratininga, com o apoio decisivo de João Ramalho. São Vicente e Piratininga foram, dessa forma, as duas primeiras instituições políticas que se instalaram no Brasil. Só depois é que foram instituídas as Capitanias Hereditárias e o Governo Geral do Estado do Brasil.

próMemória CELEBRA CONTRATO E ASSINA NOVOS CONVÊNIOS

A Fundação Nacional próMemória e a FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco celebraram contrato no valor de Cr$ 5.000.000,00, para a realização de 'Pesquisa sobre a política pública de preservação ao bem cultural adotada no Brasil, objetivando definir uma política legislativa adequada ao contexto normativo existente e a presente realidade'. O contrato tem prazo de vigência de 1 ano e foi firmado por Irapoan Cavalcanti de Lyra, pela próMemória, e Fernando de Mello Freyre, pela FUNDAJ.

A próMemória e o Governo do Estado de Rondônia firmaram convênio, com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC, visando a alocação de recursos financeiros para o projeto Memória Histórica da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O convênio tem prazo de vigência de 10 anos e envolve recursos no valor de Cr$ ..... 10.000.000,00. Assinaram o convênio Aloísio Magalhães, pela Pró-Memória e Jorge Teixeira de Oliveira, pelo Governo do Estado de Rondônia.

Para complementação dos projetos de restauração do Museu das Bandeiras e da Igreja de São Francisco, em Goiás (GO), a próMemória assinou convênio com a SUPLAN – Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento, no valor de Cr$ ... 1.640.000,00. O convênio tem prazo de vigência de 10 anos e conta com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC e da Fundação Cultural de Goiás. Foi firmado por Aloísio Magalhães, pela próMemória, Hélio Rodrigues Pinto, pela SUPLAN e Jacy Siqueira, pela Fundação Cultural de Goiás.



Arquivo SPHAN

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – Estação de Guajará-Mirim

livros e teses

Bento, Antônio. Portinari. Léo Christiano Editorial Ltda. Rio de Janeiro, 1980.

"Este livro é o monumento que faltava à glória de Portinari. Nele, a figura do mestre de Brodósqui aparece viva, na medida exata de sua grandeza, que tem as dimensões do Brasil". É o que diz Jayme de Barros sobre **Portinari**, escrito por Antônio Bento, um dos sócios fundadores da Associação Internacional de Críticos de Arte e por duas vezes Presidente da secção brasileira do organismo.

"Antônio Bento, – diz ainda Jayme de Barros –, ao utilizar instrumentos precisos da crítica de arte, profunda cultura humanística iluminada pela visão de historiador e sociólogo, deu-nos, afinal, o retrato definitivo do mestre brasileiro". Antônio Bento conheceu Portinari em 1924, no Rio, quando estudava Direito na Faculdade do Catete, formando-se no ano seguinte.

"Trato neste livro da obra de uma vida", diz Antônio Bento na introdução de sua obra. "Da intensa vida de trabalho do mestre de Brodósqui. Imaginei esta tarefa há muito tempo, quando seu nome acabava de se projetar de Nova Iorque a Paris. Não logrei realizá-la enquanto o artista ainda vivia. Foi bom que não o tivesse feito. Agora posso dispor de certa perspectiva histórica, que me permite avaliar com maior objetividade o pintor e a totalidade de suas criações".

Para o autor, Portinari tornou-se a figura dominante numa fase da história da pintura brasileira neste século. "Foi quando o artista decidiu pintar a vida deste país, obedecendo a um impulso irresistível de seu gênio e de seu afeto. Este novo rumo coincidia com os princípios e o trabalho de outras tantas personalidades que marcaram aquela época: Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Raul Bopp, Oswald de Andrade, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Oscar Niemeyer, Afonso Arinos de Melo Franco, Graciliano Ramos, Jayme de Barros, Roberto Marinho, para citar alguns, além dos mecenas Gustavo Capanema, Juscelino Kubitschek e Assis Chateaubrian, todos seus amigos e admiradores.

Antônio Bento vai mais longe quando coloca-o como o mais representativo dentre os artistas do Terceiro Mundo. "Tornou-se mesmo o mais impressionante intérprete do sofrimento de um povo".

Com seu **Portinari**, o autor pretende apenas uma reportagem ampla, com informações variadas sobre o pintor e o seu tempo. "Procurei imprimir uma certa disciplina metodológica à apreciação do conjunto de suas criações, dentro de um contexto predominantemente sociológico e tendo sempre em vista o Brasil e o mundo de sua época. Atualmente é este a posição mais favorável para a crítica de arte. Uma referência à Antropologia também não me parece despropositada a respeito de Portinari. Dizia ele que o tema de sua pintura era o Homem. Unem-se, portanto, a Antropologia e a Sociologia, como no estudo de certas comunidades humanas, em que estas duas ciências se entrelaçam e até se confundem".

"Nas quatro décadas em que trabalhou e viveu mais intensamente, Portinari viu nossa terra mergulhada em conflitos e pobreza. Foi contemporâneo de duas Grandes Guerras que dilaceraram e sacudiram, em escala mundial, a sociedade de seu tempo. Tudo isso se traduziu num enorme sentimento de compaixão. Daí ser sua obra profundamente dramática: os sinais, as representações da desgraça, da pobreza e também da luta de seu povo encontram-se vivamente estampados em sua pintura".

CINCOENTA PEÇAS DO MUSEU DE ARTE SACRA DA BAHIA. Convênio Universidade Federal da Bahia/Dow Química S. A., 1981.

A publicação contém um estudo histórico inédito do Professor Valentim Calderón de La Vara sobre o Convento de Santa Tereza, onde está instalado o Museu. As reproduções fotográficas da pintura, imaginária, mobiliário e prataria do acervo do MAS são de autoria do fotógrafo Bruno Furrer.

Na apresentação da obra, o Reitor da UFBA, Professor Luiz Fernando Macedo Costa, destaca: "O Museu de Arte Sacra da Bahia, cuja história e descrição constam do excelente trabalho do Prof. Valentin Calderón de La Vara que apresentamos neste livro, é certamente o mais destacado centro de estudos da arte sacra do Brasil. Neste Museu não somente se encontra o seu acervo permanente, como também peças cedidas por convênio; nele se realizam, além disso, exposições semipermanentes de acervos de outras entidades".

As obras de restauração do Convento tiveram início em 1958, mediante convênio entre a UFBA e a Arquidiocese de São Salvador. No dia 10 de agosto de 1959, ao ensejo da realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, foi inaugurado o Museu de Arte Sacra, que é, no gênero, o mais importante da América Latina. Desde então, a partir de sua origem, ele integra a estrutura da Universidade Federal como órgão suplementar.

PEDREIRA, Pedro Tomás, Pequeno Dicionário dos Municípios Baianos. Santo Amaro, Bahia, 1981.

Este trabalho é resultado de 25 anos de exaustiva pesquisa do autor que, durante todo esse tempo, copiou e colecionou a documentação para a elaboração da obra, dentro de suas "modestas possibilidades de pesquisador provinciano". Entre outros dados, apresenta os referentes à legislação de criação, extinção, ou mudanças de nomes e de sedes dos atuais Municípios baianos, assim como a sua população conforme o Censo de 1980. Segundo o autor, "são bem poucas as publicações existentes sobre a História e a Geografia dos municípios baianos" que, "além de já se encontrarem bastante desatualizadas, contém vários equívocos, malgrado os esforços de pesquisas dos seus autores". Some-se a isso o fato de que a Bahia possui atualmente 336 municípios.

O autor se baseou em documentos originais, muitos deles copiados no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa (antigo "Arquivo de Marinha

e Ultramar"), como também na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, e no vasto repositório que é o próprio Arquivo do Estado da Bahia. Ele acredita que "alguma lacuna há de ser preenchida" com a divulgação do Dicionário e, com isso, prestar algum serviço ao melhor conhecimento das 336 Comunas baianas.

Pedro Tomás Pedreira é Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Sócio Correspondente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; e Membro Honorário da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais. Reside atualmente em Santo Amaro da Purificação, Bahia.

II Simposio de Comunicações sobre Pesquisas em Folclore – Síntese. XVI Semana do Folclore, 19 a 21 de agosto de 1980, Belo Horizonte, MG. Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado do Governo, Coordenadoria de Cultura, Belo Horizonte, 1981.

O 1º Simpósio de Comunicações sobre Pesquisas em Folclore, realizado em agosto de 1979, representou, para seus idealizadores, uma tímida tentativa de implantação da idéia de um espaço onde os pesquisadores mineiros de folclore pudessem colocar para seus colegas, e para a comunidade acadêmico-científica, os resultados parciais ou definitivos de suas pesquisas, de modo a se submeter à crítica dos companheiros e troca de experiências. Para tanto, o produto do Simpósio foi publicado num Caderno de Comunicações, editado em 1980. A realização do 2º Simpósio deu continuidade à idéia lançada anteriormente e consolidou tal proposta. A publicação do resultado do 2º Simpósio será, segundo seus realizadores, uma forma de contribuir para a efetivação do 3º Simpósio.

Algumas modificações foram introduzidas na prática dos simpósios. O primeiro se restringiu a comunicações orais, já o segundo, compõe-se de duas partes: a primeira, de comunicações orais com sínteses escritas de acordo com o padrão normal de simpósios de comunicações científicas e a segunda, de mesas redondas As mesas redondas tiveram o propósito de reunir especialistas de determinadas áreas, que por terem maior conhecimento teórico e prático daquele assunto, pudessem prestar a jovens pesquisadores informações e sugestões úteis ao desenvolvimento de seu trabalho. Nesse sentido, foram realizadas duas mesas redondas, sobre os seguintes temas: "Cultura Popular e Cultura de Massa" e "Festas Populares".

O tema "Cultura Popular e Cultura de Massa" foi colocado em pauta a partir da constatação de que seria ilusório tratar de folclore hoje em dia, sem levar em conta a evidência do impacto causado pela Indústria Cultural. Paulo Saturnino Figueiredo, Carlos Felipe Marques e José Milton, foram os expositores do tema. São nomes respeitados entre os mineiros, tanto por suas atividades de magistério em escolas de Comunicação em Minas, como por suas atividades profissionais junto aos meios de comunicação de massa.

A exposição do tema "Festas Populares" ficou a cargo de Pierre Sanchis, Saul Martins e J. Moreira de Souza, pesquisadores que possuem uma sólida formação antropológica e que estão bastante familiarizados com estudos de folclore, portanto em condições de apontar novos rumos à pesquisa desse assunto.

Outra modificação introduzida foi quanto às comunicações do simpósio, que apresentaram uma inovação sobre o modelo clássico de comunicações. Além de comunicações orais, com apresentação de sínteses escritas, foi aberta uma seção especial para comunicações audiovisuais, onde pudessem ser apresentados documentários cinematográficos sobre folclore, ou outros audiovisuais.

Os realizadores dos Simpósios de Comunicações sobre Pesquisas em Folclore acreditam que simpósios dessa natureza devem ultrapassar as fronteiras do Estado e assumir um caráter mais nacional, considerando que a idéia é original e que, a não ser nessa oportunidade, os pesquisadores de folclore não estão encontrando um fórum de debates periódicos e institucionalizados como esse.

VERGER, Pierre – Notícias da Bahia – 1850. Editora Corrupio, Salvador, Bahia, 1982.

A Editora Corrupio foi criada para publicar a obra de Pierre Verger, considerada importantíssima e esquecida pela cultura oficial. Sua proposta é "viabilizar um projeto editorial rigorosamente profissional, mas com o intenso carinho que só os amadores são capazes de acrescentar ao que fazem. Pois como é sabido, em termos de editoria cultural o que normalmente se tem feito está dirigido para consumo fácil e imediato". Notícias da Bahia – 1850 apresenta-se em formato 14 x 21 cm e 237 páginas. A obra inaugura a coleção Baianada, voltada para o estudo da realidade histórica, social, política e cultural da Bahia. A escolha do nome Baianada foi orientada pela vontade de recuperar criticamente, com critério e rigor, uma expressão conceituosa empregada pejorativamente contra a Bahia e os baianos.

Trata-se de um estudo que reconstitui a vida cotidiana de Salvador em meados do século 19, em seus mais diversos aspectos sociais, econômicos, religiosos e militares, dando uma visão ampla e minuciosa da antiga capital da América Portuguesa. Nas palavras de Luís Viana Filho, no prefácio da obra, "poder-se-á dizer que Verger é quase um miniaturista, pois no retrato que tão bem nos apresenta da Bahia ele, embora se limitando ao essencial para a nitidez da fisionomia da cidade e da sua sociedade, nunca põe de lado o pormenor necessário".

ÉLIS, Bernardo. Caminhos dos Gerais. Goiás, co-edição da Universidade Federal de Goiás e Editora Civilização Brasileira, 1981.

Escritor apegado à temática da terra, Bernardo Élis pratica a literatura como instrumento de captação do drama humano – e o drama marcante de suas densas e às vezes terríveis histórias é o da gente de Goiás.

Em **Caminhos dos Gerais**, o autor reúne contos emocionantes com entrecho realista e em que a linguagem da região se incorpora à narrativa para realçar tipos bem como a paisagem natural e sócio-econômica.

cartas

PONTE DO SALTO

Em resposta à Carta Aberta encaminhada recentemente à SPHAN pela Associação para a Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Região de Blumenau (SC), em defesa da manutenção da Ponte Lauro Müller, mais conhecida por Ponte do Salto, localizada sobre o Rio Itajaí Açu, em Blumenau, o Secretário da Cultura do MEC e Presidente da Fundação Nacional próMemória, Aloísio Magalhães, encaminhou correspondência ao Sr. Prefeito daquele Município catarinense, Renato de Mello Vianna, na qual apoia a iniciativa da Associação e solicita ao Administrador esforços em busca de uma solução que assegure a preservação da Ponte do Salto. Cópias da carta ao Prefeito Municipal de Blumenau foram enviadas, ainda, à referida Associação e à Fundação Catarinense de Cultura. Seguem abaixo, na íntegra, os textos da Carta Aberta e da correspondência do Secretário da Cultura do MEC:

"Prezados Senhores,

No momento em que valores culturais, especialmente arquitetônicos, estão sofrendo uma gradativa extinção, causando grandes prejuízos no que se refere à Memória da cidade e de toda a região de Blumenau, queremos aliar-nos ao movimento em favor da preservação da Ponte do Salto.

"Obra de envergadura na época, de características arquitetônicas próprias, simples em sua formulação estrutural, marco histórico de raízes profundas no que se refere ao desenvolvimento e em especial à integração de uma vasta região, deve ser preservada e, portanto, restaurada com todas as suas características arquitetônicas e mantida em seu lugar de origem, pois a Ponte do Salto é na verdade o legítimo portal da cidade de Blumenau, tendo sido durante longo tempo a única ligação Norte/Sul.

"É evidente que se faz necessária uma nova ponte. Que esta seja construída próxima à antiga, porém nas devidas proporções requeridas pela técnica e pelo entorno, estabelecendo-se aí um quadro comparativo de épocas e de técnicas distintas.

"Nestas condições viemos solicitar às autoridades municipais e às pessoas de bom senso, para que seja preservado este testemunho vivo da Memória de nossa cidade.

"Finalmente, somos uma entidade em formação, Associação para a Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Região de Blumenau, constituída até o presente por estudantes do Curso de Arquitetura da UFSC, arquitetos e pessoas interessadas na preservação da nossa Memória.

"Sendo o que se apresenta, firmamo-nos pela Associação para a Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Região de Blumenau". – Arian Teodoro Kohlbach, Egon Belz, Elgrit Carina Belz, Ilmor Juenge, Jacques Resmond, Paulo César de Zutter e Sílvia Odebrecht.

"Senhor Prefeito,

Recentemente recebemos correspondência emitida por participantes do "Encontro Sobre a Arquitetura nas Áreas de Colonização Alemã" e relacionada com a Ponte Lauro Müller, "Ponte do Salto", sobre o rio Itajaí Açu, em Blumenau. Da referida correspondência faz parte, além de matérias divulgadas pela imprensa local, também uma Carta Aberta, emitida pela Associção para a Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Região de Blumenau, propugnada pela preservação da referida ponte.

"A SPHAN/SEC, na qualidade de organismo federal de preservação do patrimônio histórico-artístico-cultural, está preocupada em incentivar a formação de entidades voltadas para a preservação cultural local, e entende que aos cidadãos cabe, em boa medida, a responsabilidade sobre o patrimônio cultural.

"Com esse objetivo, entre outros, foi realizado pela SPHAN/FCC/GAPLAN/CNDU, em Florianópolis, em novembro/81, o referido "Encontro sobre a Arquitetura nas Áreas de Colonização Alemã", do qual participaram, além de técnicos de sua Administração, também um expressivo contingente de cidadãos preocupados com a preservação da cultura local e regional, oportunidade em que a Prefeitura apresentou exposição fotográfica sobre Blumenau Antiga.

"Naquela outra ocasião, a "Ponte do Salto" foi apresentada por um dos conferencistas, Dr. Kiessow - Conservador-Chefe do Estado de Essen - RFA, como exemplar de obra civil a ser preservado, seja pelo seu valor representativo do emprego na técnica do ferro em grandes estruturas, no início do século, seja pelo seu valor quanto destacado marco paisagístico, seja por fim, como significado para a população, que tem na referida ponte um marco na história da sua cidade.

"Endossando e reforçando esse posicionamento, esperamos vivamente poder contar, nesse caso concreto, com a boa vontade manifestada por V. Sa., no trato das questões do patrimônio cultural, para encontrar solução que assegure a preservação da "Ponte do Salto", como criação de uma entidade para a preservação do patrimônio construído de Blumenau. Cordialmente" - Aloísio Magalhães - Secretário da Cultura.

DOAÇÃO

"A Pinacoteca do Estado de São Paulo, ampliando o acervo do Setor de Documentação Artística – Biblioteca, com o objetivo de possibilitar a pesquisa e divulgação de obras de artistas plásticos, vem solicitar de V. Sa. o especial obséquio, no sentido de estudar a possibilidade de doação do livro de William John Burchell editado por esta Fundação". – Fábio Magalhães – Diretor Técnico.

NR – O pedido foi encaminhado ao Setor de Editoração da Fundação Nacional próMemória, no Rio de Janeiro, para o devido atendimento.

Cartas para:
Fundação Nacional próMemória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - 70.710 - Brasília - DF. Por motivo de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.